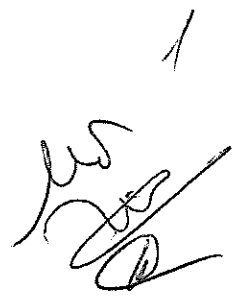


1


**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos trinta e um de janeiro de dois mil e dezoito reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e dezoito minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), Joana José Pedra Coelho (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Orlando Manuel Henriques Fernandes (JPP), Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Rubina Vãnessa da Silva Rebelo (PDR). Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS), Sílvia Cristina Sousa Silva (PS) e Teresa Alexandra Freitas Ramalho (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Luísa Sousa e Freitas, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Francisco Ilídio Reboló de Castro, João Paulo Pereira Marques, José Agostinho Freitas Baptista, Luís Miguel Moura de Sousa, Pedro José Jardim Gomes, Raquel João Martins da Silva, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Rui Miguel da Silva Barreto e Elias Rodrigues Homem de Gouveia. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, deputada municipal eleita pelo grupo Municipal Confiança, indicada pelo PS comunicou a sua ausência, sendo substituída por Teresa Alexandra Freitas Ramalho. -----

1.2. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes da Silva, deputado municipal eleito pelo PCP/PEV-CDU, por ter comunicado a suspensão do seu mandato por um período de seis meses, sendo substituído por Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

1.3. O Deputado Municipal Francisco José Barros Andrade, deputado municipal eleito pelo grupo Municipal Confiança, indicado pelo PS comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Manuel Domingos Sebastião. -----

2
Luis
10

1.4. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.5. O Deputado Municipal Rui Alberto Garanito Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Francisco Ilídio Rebolo de Castro. -----

1.6. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Agostinho Freitas Baptista. -----

2. EXPEDIENTE: -----

2.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Inauguração da Exposição da Imprensa Centenária, que se realizou no dia onze de janeiro de dois mil e dezoito. -----
- Inauguração da Exposição "Artes e Ofícios", organizado pelo Estabelecimento Prisional do Funchal, que se realizará no dia um de fevereiro de dois mil e dezoito.

- O Bastonário da ordem dos Advogados Portugueses e o Presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados enviaram um convite para a Cerimónia de Inauguração da nova sede daquele Conselho Regional que se realizará no dia um de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

- A Liga do Combatente enviou um convite para a Apresentação do livro A REVOLTA DE 1959 EM TIMOR-LESTE que se realizará no dia um de fevereiro de dois mil e dezoito. ----

--- Depois, o Senhor Presidente da Assembleia lembrou que, devido à matéria que será apreciada naquela Sessão, esta terá um Regimento Específico com os tempos que foram estipulados em reunião de Líderes, e enviados a todos os Senhores Deputados Municipais,

-

-

de acordo com o **Artigo 28º-A – Discussão do Plano e Orçamento**, do Regimento daquela Assembleia. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, interpelou a Mesa para saber se foi enviado ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores a ata da reunião de líderes que estabelece o regimento específico para aquela sessão. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que não foi dado conhecimento, porque o que está lavrado na ata é o que está estipulado no regimento. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, voltou a interpelar a Mesa, questionando se foi dado conhecimento daquele Regimento Específico ao Executivo. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** voltou a esclarecer que o que é do interesse do Executivo, é o que está plasmado no Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, tornou a interpelar a Mesa, pedindo um intervalo para a Vereação ter conhecimento do Regimento Específico daquela Sessão. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu um intervalo de dez minutos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto–Um - Financiamento de curto prazo para 2018**, de acordo com o disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que a passou para o **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que começou por desejar a todos um bom ano, visto ser esta a primeira Sessão do ano de dois mil e dezoito. -----

Depois, falando do ponto em apreciação, disse que estão a deliberar adjudicar o crédito

para um empréstimo de três milhões de euros que funcionará como uma conta caucionada a ser liquidado no final do exercício. -----

Após a auscultação de sete instituições financeiras, apenas seis apresentaram uma proposta com o melhor *spread* acrescido à taxa Euribor a cento e oitenta dias, que foi levada a concurso público. -----

Foram excluídas três propostas, porque impunham a taxa de zero se a Euribor, eventualmente, ficasse negativa de modo a que ao somar ao *spread*, desse uma taxa de juro efetiva abaixo daquele limiar, por isso o Júri propôs adjudicar ao *spread* mais baixo de 0,63% ao Banco Santander. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD, começou por deixar claro que a partir daquele momento as circunstâncias mudaram, porque houve coisas que se alteraram e que têm reflexos na vida da Cidade. -- Dizer que nos últimos quatro anos foi trilhado um caminho de seriedade orçamental, de um novo rigor, de uma milagrosa recuperação financeira, de artigos de opinião autoelogiosos, de garantir à população que agora tudo tinha voltado à normalidade, do pagamento da dívida, da transparência, de poupanças conseguidas depois da gestão do PPD/PSD, que agora o Funchal é melhor, garantir uma subida permanente da receita, etc., entra em contradição com o propósito da contração de um empréstimo caucionado, sem explicitação de razões. -----

Daí as perguntas relativas ao rigor e equilíbrio orçamental; à finalidade de tal empréstimo caucionado: servirá ele para pagar o estudo para a Policia Municipal; para pagar as viagens dos Bombeiros em formação; para resolver o assunto da *Felisberta*; para substituir os mapas turísticos; para permitir uma resolução concertada da Ponte Nova; para pagar as peritagens e as indemnizações que são devidas às pessoas que sofreram o acidente em agosto de dois mil e dezassete; para substituir mais umas vinte lâmpadas na via pública;

para permitir o arranque dos investimentos no ambiente do Funchal até dois mil e vinte; para pagar a fornecedores; para pagar as listas de comunicação; para pagar suplementos e publicidade; para festas e convívios; para mandar fazer cartazes e lonas anunciando coisas que acabam por não se fazer; para tornar tudo mais transparente... -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, disse ter ficado perplexo com as dúvidas do Senhor Deputado Bruno Macedo, porque aquele pedido de autorização de empréstimo foi aprovado por unanimidade, em reunião de Câmara. -----

Como tal, aconselhou-o a que, em primeira instância, coloque as suas dúvidas e questões aos Vereadores da sua bancada, porque serão os mais avalizados para esclarecer cabalmente as dúvidas ali colocadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD**, retorquiu que o facto de o empréstimo ter sido aprovado por unanimidade em reunião camarária não impediria nenhum Deputado que representasse aquela Assembleia de colocar as questões que entendesse. -----

E por aquele ser um órgão fiscalizador, importava deixar bem claro não admitir que recursos camarários fossem utilizados para outros fins que não para a Cidade do Funchal.

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, começou por referir estarem a apreciar um procedimento habitual e que, por ser demasiado importante para o Funchal, não pode ser influenciado e deturpado por questões meramente político - partidárias. -----

Sustentou, ainda, ser curioso ouvir lições de como bem gerir e apresentar orçamentos, por parte de um grupo partidário que endividou e obrigou a Região Autónoma da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal a ter planos específicos. Refutou, igualmente, a afirmação de que o atual Executivo faltasse ao cumprimento e execução de obra e criação de apoios.

4
Luis
F. Caldeira

A advertência final dirigiu-se aos Funchalenses que estarão atentos e irão responsabilizar quem é contra um Orçamento destinado a fazer obras nas zonas altas, quem de forma muito clara faz uma coligação negativa e boicota o trabalho daqueles que foram sufragados e aprovados por larga maioria dos Funchalenses, nas últimas eleições. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** dirigindo-se ao Senhor Deputado Sérgio Abreu, começou por referir que, no seu entender, nem o PS nem o PPD/PSD têm legitimidade para se pronunciar em relação à sustentabilidade das contas públicas, lembrando que o anterior Primeiro-ministro do Governo do PS, Eng^o. José Sócrates, levou o País à ruína com programas de ajustamento. Mencionou ainda ser legítimo que os Deputados daquela Assembleia questionem o Executivo sobre aquilo que irá ser feito com o pedido de empréstimo dos três mil milhões de euros, ainda que aprovado por unanimidade em reunião camarária, porque estão ali para fiscalizar a ação do Órgão Executivo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC,** disse que ficou surpreso com o atestado de incompetência que o Senhor Deputado Bruno Macedo, passou ao anterior grupo municipal do PPD/PSD, porque afirmou que as coisas agora iam mudar e passar a ser fiscalizadas, o que significaria que anteriormente o não tinham sido; que falasse com os seus antecessores, porque eles até podiam ser incompetentes, mas pelo menos sabiam o que era um empréstimo a médio ou a curto prazo, o modo e a finalidade da sua execução. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia,** que começou por esclarecer o seguinte: -----

- **Ao Senhor Deputado Bruno Macedo,** respondeu tratar-se de um empréstimo cautelar, como manda o princípio da prudência, para uso exclusivo de apoio à Tesouraria, por não serem regulares as receitas e as despesas municipais, assim servindo para fazer face a

uma eventual sazonalidade da receita. -----

- À **Senhora Deputada Raquel Coelho** esclareceu que aquela Assembleia Municipal está ali para fiscalizar como fiscalizou no passado, com a diferença que atualmente a atenção para com aqueles assuntos tem um escrutínio muito superior. -----

Por isso, entende que se tivesse existido, no passado, o mesmo critério, eventualmente, não passariam em claro alguns empréstimos que tiveram reflexos perniciosos para o Município, nomeadamente, um milhão de euros de despesas com contratos de *Swaps*. ---

--- Posto à votação o **Ponto Um - Financiamento de curto prazo para 2018, de acordo com o disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, foi aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, e dezassete abstenções sendo dezasseis do PPD/PSD e uma da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Dois - Proposta de Orçamento - 2018, de acordo com o disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 25º e na al. c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, pediu à Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para substituir o Segundo Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, porque o mesmo iria intervir naquele ponto. -----

Tomando a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que aquele Orçamento é responsável, equilibrado, socialmente justo, cumpre com os desígnios eleitorais propostos, com opções políticas, não desfasado da realidade e do quotidiano, do lado das pessoas, fazendo a diferença na sua vida, seja na parte fiscal, seja nos apoios sociais, seja, também, no investimento público com a alavanca do crescimento económico e da criação de emprego. -----

Let. 5
[Handwritten signature]

Por isso, é o maior Orçamento desde que aquela Câmara não tem resgate, virado para as despesas e para os investimentos, sem qualquer ajuda do Governo Regional, com o qual não existe qualquer contrato-programa. -----

É, ainda, um orçamento que alimenta o investimento, que reflete uma política fiscal equilibrada e a boa gestão financeira que aquele Executivo tem realizado. -----

Depois referiu-se às opções políticas e às prioridades daquele Executivo, refletidas naquele Orçamento: -----

- Três vírgula quatro milhões de euros na Habitação Social; -----
- Cinco milhões de euros para investimento nas redes de Água e de Saneamento Básico;
- Três vírgula seis milhões de euros para investimento nas acessibilidades, melhorando as existentes e criando outras, com particular destaque nas zonas altas da Cidade do Funchal;
- Dez vírgula oito milhões de euros para o Plano das Atividades Municipais, correspondendo cinquenta e quatro vírgula três ao Fundo de Investimento Social, onde estão alocados um vírgula oito milhões de euros a programas sociais, tais como: o Subsídio Municipal ao Arrendamento, os apoios à Natalidade e às Famílias, os Programas de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho, o Apoio aos Medicamentos e à reabilitação de habitações degradadas de agregados familiares que têm carências económicas; -----
- O maior valor de verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, que reflete o reconhecimento de que o Poder Local, através das Juntas de Freguesia, pode e deve fazer a diferença naquilo que é a qualidade de vida dos seus fregueses. Como tal, interpelou os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia sobre a "desfaçatez" de votar contra aquele Orçamento. -----

Salientou, também, que todos os Partidos que ali estão presentes foram ouvidos e convidados a apresentar propostas para a elaboração daquele Orçamento -----

Só a boa gestão financeira praticada por aquele Executivo permitia a contração de

empréstimos, a alocar em investimentos concretos e diretos. -----
Concluiu, dizendo estar-se perante um Orçamento que vem na sequência daquilo que é a linha de boa gestão daquela Autarquia, que estabelece áreas comunitárias, a reabilitação urbana, a habitação social, as zonas altas, a educação, o apoio às famílias e ao investimento público para a Cidade do Funchal. -----

--- Depois, por indicação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que, complementando as palavras do Senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção técnica: "(...) as minhas linhas orientadoras neste Orçamento são quase todas obrigatórias do ponto de vista das finanças municipais, com regras bem definidas e bem estipuladas sobre o que podemos inscrever e o que não podemos inscrever. -----

Tecnicamente, por muito que se queira dar um enquadramento político superior em termos de investimento, ou inferior, numa área e superior nas outras, aquilo que podemos inscrever é aquilo que aqui está vertido. -----

Nomeadamente, em termos de receita corrente temos 73,8 milhões de euros que refletem o Pacote Fiscal que nós aprovámos na última Assembleia Municipal, mas, também, aquilo que são as regras previsionais das médias da execução nos últimos vinte e quatro meses. Nós não podemos assumir receitas que não sejam as médias dos últimos vinte e quatro meses, portanto, quando se diz que estamos a inscrever pouco numa determinada rubrica, não temos todos os graus de liberdade que tem um Orçamento de Estado ou da Região, onde assumimos cenários económicos e deles inferimos receitas, porque temos as regras que estão vertidas na Lei 73/2013 - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. -----

Em termos de impostos diretos, inscrevemos vinte e nove milhões de euros, em impostos indiretos três milhões de euros, taxas, multas e outras penalidades três milhões de euros,

transferências correntes catorze milhões de euros, venda de bens e serviços correntes vinte e três milhões de euros e outras receitas correntes cento e trinta e sete mil euros, num total de **receita corrente** de setenta e três vírgula oito milhões de euros. Ou seja, a receita corrente corresponde, num orçamento global de cem milhões de euros, a setenta e três vírgula oito por cento do orçamento. -----

Em termos de **receitas de capital** - e aqui é que está também o fruto do trabalho que foi desenvolvido por este Executivo e pelo Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, a quem saúdo pelo trabalho e aplicação que imprimiram à execução deste Orçamento - este orçamento também vai permitir estas transferências de capital, e é preciso colocar em perspetiva que em 2014, tivemos uma fase de transição de quadro e só agora é que atingimos uma maturidade na gestão de fundos comunitários, que conseguem ver candidaturas aprovadas, seja pelo POSEUR, seja no PRODERAM, seja no FEE – Fundo de Eficiência Energética, e este Orçamento contempla já um conjunto de candidaturas que foram aprovadas pelas respetivas entidades gestoras. -----

Candidaturas estas, feitas pelo Município do Funchal, caso contrário não as poderíamos ter aqui inscritas, nomeadamente no POSEUR, que tem 4 milhões e 700 mil de euros, temos do Fundo de Turismo 2 milhões e 700 mil euros, do PRODERAM 1 milhão 157 mil euros, do MADEIRA 14-20 1 milhão 151 mil euros, do Programa CIVITAS Destinationi 64 mil euros e uma vez que fomos assolados por uma tragédia, recorreremos ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, e recebemos 756 mil euros para três obras que já estão no terreno, nomeadamente a substituição de redes de água e saneamento básico do Caminho do Lombo, a recuperação do Caminho do Reverendo Padre Eugénio Borgonovo – Monte. Portanto, em termos de receitas temos um total de 100,2 milhões de euros repartidos desta forma. -----

É preciso ter em consideração, numa perspetiva orçamental, que nós temos que fazer um

Orçamento e por Lei a receita corrente deverá ser suficiente para cobrir todas as despesas correntes, adicionadas às amortizações de empréstimos de médio a longo prazo. E este Orçamento prevê que se consiga que as receitas correntes dão para pagar todas as despesas correntes e ainda sobram 6,7 milhões de euros. -----

Desses 6,7 milhões de euros, 5,2 milhões de euros são para pagar os empréstimos de médio a longo prazo, portanto liberta 1,5 milhões de euros para poderem ser aplicados em despesas de capital, que são aquelas que normalmente constam no Plano de Investimentos. -----

Em termos de Plano de Investimentos, o Senhor Presidente da Câmara já elencou um conjunto de aplicações, mas este Plano sofre um aumento de 30% em relação ao plano de 2017, subiu 25 milhões de euros, quando no ano transato era de 19 milhões de euros, portanto, permite aplicar mais receitas em despesas de capital, aplicar mais recursos no investimento e desta forma fazer subir o ativo do Município e também ir ao encontro daquelas que são as necessidades dos nossos Municípios. -----

Em relação à despesa, esta prevê um aumento de 1,4 milhões de euros na rubrica despesas com pessoal, porque neste ano de 2018, prevê-se a entrada de mais recursos humanos, como veio permitir o Orçamento de Estado de 2017. Recordo que a Câmara estava obrigada desde 2011 a reduzir 2% ao ano do seu cargo de pessoal, essa obrigatoriedade terminou no início do ano passado, quando, de acordo com os limites de endividamento nós deixámos de estar vinculados às imposições do PAEL, e este ano pudemos, então, voltar a contratar para algumas atividades, que com a redução de 2% ao ano, ficaram com carência de recursos humanos. -----

Concluindo, nós temos, também, capacidade de endividamento, temos neste momento uma dívida global de cinquenta e um milhões de euros, permitida para o nosso limite de endividamento; ainda uma margem de cinquenta e três milhões de euros e é precisamente

7


essa margem que contamos utilizar, para poder colocar no terreno um conjunto de obras e projetos, quer em acessibilidades, quer utilizando, atualmente, os novos programas do IHRU e outras fontes de financiamento, para habitação social e para reabilitação urbana.”

--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD, deu início à sua intervenção, dizendo ser aquele Orçamento uma oportunidade perdida para o Funchal, para os estudantes, porque lhes prometeram propinas pagas, para quem vive nas zonas altas, para as Juntas de Freguesia a quem prometeram mais financiamento, mas agora ameaçam com o seu sentido de voto, e uma oportunidade perdida para todos os funchalenses a quem aquela Câmara prometeu mais trabalho e mais investimento. -----
Também, nunca se cobraram tantos impostos aos funchalenses como os que aquela Câmara se prepara para cobrar em dois mil e dezoito. -----

Contudo, fica sem saber onde é que estão os setenta e um milhões de euros prometidos para a reabilitação urbana; os quinze milhões de euros para as zonas altas e os dez milhões de euros para a habitação social. -----

Depois felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal por ter anunciado o WIFI gratuito para a baixa do Funchal, e o Turismo de Portugal, porque foi quem pagou esse projeto. Felicitou, ainda, o Ministro da Economia, porque foi quem alargou essa medida em conjunto com o Governo Regional da RAM, e também felicitou o Município de Câmara de Lobos, porque, também, já tem o WIFI na sua baixa, desde o ano passado. ---
Terminou, dizendo que não pode pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, sobre aquele documento, sem antes perguntar-lhe se quem assinou aquele Orçamento, será a mesma pessoa que o vai executar. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, PCP/PEV-CDU, proferiu o seguinte: "Nesta primeira abordagem à proposta de plano e orçamento para o corrente ano, apresentado pela Câmara Municipal do Funchal, e de acordo com o acordado

na reunião de líderes, gostaríamos de colocar algumas questões que nos suscitam algumas dúvidas. -----

Os complexos habitacionais sob a responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal estão entre os que apresentam maiores problemas de degradação não só ao nível do edificado como de outros equipamentos complementares. Exemplos concretos são os Bairros da Quinta das Freiras, da Ponte, da Penha de França, todos eles pré-fabricados e, a outro nível, o da Ribeira Grande. Já há vários anos que estão identificados diversos problemas estruturais destes conjuntos habitacionais. Falam em investir 10 milhões nos bairros sociais camarários. Onde estão esses valores, tendo em conta o que está vertido na proposta de orçamento e plano? -----

- Sendo reconhecidas as necessidades habitacionais do concelho, com cerca de 3600 famílias em lista de espera, para quando a criação de um programa extraordinário de intervenção na habitação, com a perspetiva clara de construção? Quantos fogos exatamente se propõe construir para este ano? De lamentar que não estejam consagradas em orçamento verbas para construção de nova habitação este ano, obrigando a que novamente mais famílias se mantenham nas listas de espera infindáveis do município. ----

- Que calendarização para as intervenções de remoção de materiais nocivos, nomeadamente os derivados do amianto, tendo em conta que na proposta de plano é feita referência à "remoção das 82 casas que contêm amianto". Em que bairros? Quantas e quando? -----

- Intervenção no Conjunto Habitacional do Canto do Muro III – recuperação do edifício 1 e 2. As intervenções previstas têm em conta as recomendações do LREC? Iniciam-se quando? As verbas são as suficientes? Ou serão apenas colocados remendos? -----

- Na intervenção prevista para a "manutenção das 23 moradias do Bairro da Ponte", estão previstos 2.557,00€. Gostaríamos de saber quais as obras previstas. -----

- Ainda nesta rubrica surge uma verba destinada a "muro de contenção de terras – Marmeleiros", gostaríamos de saber onde se situa esta intervenção e o seu enquadramento na área da habitação. -----

- Nas intervenções previstas para beneficiação dos complexos balneares do Funchal, gostaríamos de saber quais e em que montantes, e se foram tidas em conta as queixas dos vários utilizadores do Lido no verão passado, em relação ao piso escorregadio." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD**, dando início à sua intervenção, disse que devido à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, concluíram, que de facto assumiu o compromisso das bolsas universitárias. -----

--- Por esta ocasião, a **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, pediu uma interpelação à Mesa para lembrar que na Reunião de Líderes, ficou acordado que na primeira e segunda parte de perguntas ao Executivo camarário, seria um Deputado por partido, a reformulação era pelo mesmo Deputado e depois entrariam nos restantes pedidos de esclarecimento e intervenção. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que os pedidos de esclarecimento são feitos imediatamente a seguir à intervenção de apresentação do tema, e posteriormente, as intervenções políticas e a reformulação do pedido de esclarecimento só podem ser feitas pelo primeiro orador de cada grupo ou Deputado Único. -----

--- Após isto, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD**, que disse que finalmente percebem e congratulam-se pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara, assumir o compromisso das Bolsas de Estudo e da Cidade Educadora. -----

Mas, sendo aquele um Orçamento que não se sabe se será cumprido pelo atual Presidente da Câmara, gostaria de saber como é que teve a desfaçatez de inscrever no mesmo, apenas e só, quatrocentos mil euros, quando definiu os critérios gerais de que iriam apoiar

todos os universitários residentes no Funchal, quer estudassem na Região Autónoma da Madeira, quer na Região Autónoma dos Açores, quer noutra Região. E como, quando e a quantas pessoas irão ser atribuídos? -----

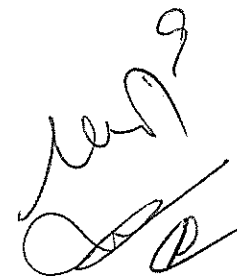
--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a oportunidade perdida foi a que o seu partido (PPD/PSD) teve ao longo dos anos para implementar as políticas que aquele Executivo está agora a implementar, sejam o bom rigor financeiro, a boa gestão financeira e o apoio às pessoas. -----

Depois, sobre o aumento da receita fiscal, disse que se deve à devolução de rendimentos, que o Governo da República, no momento, está a proporcionar a todos os portugueses, o que faz com que as pessoas possam descontar mais, e também, muita dessa receita fiscal foi para pagar dívida que o PPD/PSD fez ao longo dos anos, o que significa que estão a trabalhar com seriedade e a ganhar a e a respeitar a oportunidade que os funchalenses lhes deram. -----

Depois passou a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira**, que antes de responder ao **Senhor Deputado Bruno Melim**, deixou uma nota ao Senhor Deputado Bruno Macedo, para informá-lo que os Bombeiros já se encontram no Continente a receber a formação que não receberam durante dez anos, e que lhes foi prometida. Por isso, o empréstimo que foi feito não foi para pagar essa despesa. -----

De seguida, dirigindo-se ao **Senhor Deputado Bruno Melim**, disse que durante quarenta anos, eventualmente, os estudantes tiveram uma série de oportunidades perdidas, porque ninguém se preocupou em pagar propinas aos estudantes universitários da Região Autónoma da Madeira e do Funchal. -----

Porém, o compromisso que aquele Executivo assumiu, de acordo com a Lei, ainda durante a campanha eleitoral, foi pagar bolsas de estudo aos estudantes de ensino superior do Funchal e residentes no Funchal. Como tal, abriram um procedimento e logo que tiverem o



regulamento finalizado, irão pagar essas Bolsas de Estudo no início do próximo ano letivo.

--- Depois o Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que começou por elucidar a Senhora Deputada Herlanda Amado, que estão a construir apartamentos nos Viveiros e na Quinta Falcão, para substituírem as moradias de setenta e oito pessoas que estão em quatro bairros, onde existe amianto. Nessa altura, as famílias que queiram, poderão regressar às zonas de onde saíram. ----- Disse, também, que a nova lógica da habitação social dá resposta de banda larga, tanto construindo novos bairros, como investindo no mercado de arrendamento, recuperando habitações degradadas onde as pessoas estejam a residir, e reabilitando a parte urbana. Sendo esta a lógica da política de habitação social em que se entroncam, e que por muito que já tenham começado a fazê-lo, com o programa de Subsídio Municipal de Arrendamento, tem sido um investimento muito grande que têm feito, porque têm a consciência que há três mil e trezentas famílias na lista de espera. -----

Quanto à questão da Estrada dos Marmeleiros, esclareceu que o que está previsto é um muro de contenção para o Complexo do Comboio. -----

Sobre as questões relacionadas com o Complexo do Canto do Muro, disse ser o que herdaram - um complexo que foi adquirido com gravíssimos problemas de estrutura, tendo já havido uma grande intervenção nos pilares de uma das zonas dos blocos, encontrando-se, neste momento, o LREC a estudar o estado das estruturas de suporte dos restantes blocos. Por isso, tem exigido imenso dinheiro para colocá-lo em segurança, porque nunca conseguiram responsabilizar quem efetuou a compra e quem fez a obra. -----

--- A **Senhora Vereadora Rubina Maria Branco Leal Vargas, do PPD/PSD**, pediu o seu direito de defesa da honra, porque o Senhor Presidente da Câmara disse que a oportunidade perdida, foi a que o PPD/PSD teve, quando esteve naquela Autarquia e nada

fez. -----
E como esta ali esteve oito anos, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, quem é que fez os Bairros Sociais daquela Cidade; quem é que abriu os Centro Comunitários daquela Cidade; quem é que criou os Programas de Inclusão Social nos Centros Comunitários; quem é que abriu os Ginásios Municipais; quem é que criou os Parques e Jardins; quem é que criou a Promenade; quem é que criou a Frente Mar Funchal; quem é que começou a Reabilitação Urbana na Zona Velha; quem é que fez e deu grande apoio nas Zonas Altas da Cidade; etc., etc. -----

Por isso, não consente que digam que foram anos perdidos, que nada fizeram e que agora se faz tudo, pois há coisas que são importantes na política - a humildade e o reconhecimento de que houve muita coisa feita e que ainda deixou aquela Câmara com capacidade de endividamento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** apreciou o seguinte: "Todos os Orçamentos refletem um conjunto de escolhas e opções políticas, mas não sei se este Orçamento da Coligação Confiança reflete aquilo que o Senhor Presidente Paulo Cafôfo afirmou, no que se refere a tratar-se de um Orçamento responsável, equilibrado e socialmente justo, porque duvido que este Orçamento para 2018 seja o reflexo de uma boa gestão financeira pois para confiarmos em V. Exa, temos que olhar para o histórico, ver o que foi feito, por exemplo, em 2017. Assim, vou expor um exemplo que acho pertinente e bem elucidativo, no sentido de fazermos o melhor ou o mais acertado: entre a Aldeia Natal de 2016 e a que foi feita em 2017, houve uma diferença de custo de 400%, ou seja, em 2016 custou cerca de 23 mil euros, mas em 2017 já custou cerca de 87 mil euros, e o que mudou de umã para outra foi apenas um comboio e uma pequena barraca. -----

O Senhor Presidente da Câmara e este Executivo dizem que isto é reflexo de uma boa



gestão financeira, mas isto parece-me mais ou menos o ditado brasileiro que diz: *quanto mais pobre é a tribo, mais enfeitado é o chefe.*" -----

--- A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP, começou por se referir e elogiar a aprovação por unanimidade da abertura de procedimentos para a elaboração dos regulamentos municipais, com vista à atribuição de Bolsas aos estudantes universitários funchalenses, e à continuidade da atribuição dos manuais escolares até ao terceiro ciclo do ensino básico, na reunião camarária do dia vinte e cinco de janeiro. Porque estas medidas vêm ao encontro daquilo que consideram ser de suma importância para a vida das famílias com filhos em idade escolar, por isso, no seu entender, é preciso e cada vez mais precioso, olhar para aquele problema de forma agregadora e consistente, no sentido de gerar consensos e dar alguma estabilidade às famílias. -----

Neste sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP defende que a Autarquia Funchalense, na pessoa do Senhor Presidente Paulo Cafôfo e todo o seu Executivo, deverá ter um empenho acrescido para a promoção do sucesso escolar, criando mecanismos que considerem importantes para apoiar os alunos e suas famílias no seu projeto educacional e percurso académico, mas, desde o pré-escolar, disponibilizando para tal todos os recursos necessários que respondam diretamente às carências da população, apoiando as famílias ao longo de todo o projeto educativo de todas as crianças, quer as do ensino público, quer as do ensino privado. -----

Como tal, perguntou quando é que será debatida naquela Assembleia a proposta regulamentada para o apoio às Creches, apresentada pelo Vereador do CDS-PP, Rui Barreto. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Duarte Paulo Pereira Quintal, do PPD/PSD, enunciou o seguinte: "O tema que trago a esta assembleia é muito caro para mim. As transferências

para as Freguesias. -----

Para o ano de 2014, atente-se, logo no primeiro ano que tiveram responsabilidade integral do orçamento, cortaram a quem tem menos, as freguesias. -----

E o corte não foi de 1 ou 2 %, foi um corte muito relevante. Traduziu-se “grosso modo” numa redução de 20% das verbas transferidas anualmente para as Juntas de Freguesia. Quem efetuou este corte foi o “PS e amigos”, através da Coligação Mudança. -----

O executivo camarário em funções corrigiu a mão no último ano do último mandato, repondo as verbas através de novos protocolos. -----

Mas, a reposição trouxe novos encargos, o que na verdade acabou não se traduzindo num aumento de disponibilidade e alívio financeiro, mas, sim uma transferência dos meios financeiros para as novas funções transferidas. -----

Escandalosamente, anunciaram à comunicação social que esse aumento era um incremento importante das transferências para as Juntas de Freguesia. Afinal era o regresso aos valores do que era feito pelo anterior executivo do PSD. -----

Gostaríamos de saber se a verba que foi retirada por três anos foi usada nas freguesias. -

Só para contextualizar, um dos protocolos é referente às limpezas de espaços verdes da Freguesia pelo qual esta Camara paga um euro e vinte cêntimos ao metro quadrado... por ano!!!! -----

Só para tirar as ervas dos canteiros, uma vez! -----

Solicitamos que essa verba seja revista em alta para valores que efetivamente permitam que os espaços verdes sejam mantidos adequadamente. -----

Queremos simplesmente o correto valor pelo serviço efetuado. -----

É certo que todos temos a plena consciência da escassez de recursos. Mas para que a nossa tarefa seja frutífera é necessário que tenhamos os meios adequados. -----

Só assim podermos ter um concelho mais justo, mais solidário, mais próspero. -----

Por isso, deixo esta chamada de atenção à forma como as Freguesias são tratadas pelo atual executivo do "PS e novos amigos", a atual Coligação Confiança. -----

Não bastam *slogans*, é preciso realmente fazer algo pelas pessoas. -----

Foi para isso que assumimos com a nossa Freguesia, com a sua população, um compromisso de verdade, de vontade e de lealdade. Por todo o mandato!" -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por responder à **Senhora Deputada Raquel Coelho** que quem gere a coisa pública tem de ter uma atenção macro sobre a Cidade e isso implica, a questão dos apoios sociais, da gestão corrente da limpeza urbana, dos jardins, mas também, da economia e lazer, principalmente numa Cidade turística como o Funchal. -----

E a Aldeia de Natal é um exemplo de como aquela Câmara tem dinamizado a Cidade de uma outra forma, porque a Praça do Município que, no seu entender, é a mais bonita da Cidade do Funchal estava deserta e desocupada, principalmente, numa época tão bonita, como a do Natal. -----

Por isso, em relação ao primeiro ano quiseram ampliar o aspeto e o divertimento daquela Praça, porque além do comboio, tiveram atividades lúdicas gratuitas para as crianças, para que todas tivessem possibilidade de as usufruir, e a alegria das mesmas, que presenciaram, leva-os a investir mais no próximo Natal. -----

E aquele valor investido não invalida os apoios sociais que aquela Câmara tem dado, pois naquele Orçamento está vertido um vírgula oito milhões de euros de apoio às pessoas que têm necessidades, repartidos em seiscentos e vinte e cinco mil euros para o Subsídio Municipal ao Arrendamento, cem mil euros para Apoio de Natalidade às Famílias, oitocentos e vinte e cinco mil euros para o Programa de Formação em Contexto de Trabalho, duzentos mil euros para o apoio aos Medicamentos, quatrocentos mil euros para as Bolsas de Estudo e trezentos e sessenta mil euros para os Manuais Escolares, o que,

também, revela a boa gestão e transparência daquele Executivo. -----

Depois, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, para se pronunciar sobre as questões levantadas pelo **Senhor Deputado Duarte Paulo Quintal**, e começou por esclarecer o seguinte: "Uma correção àquilo que foi dito. Houve uma redução de 1 milhão e 400 mil euros entre 2013 e 2014, para 1 milhão e 150 mil euros, que vigorou em 2014 e 2015. -----

Em 2016 e 2017 as transferências para as Juntas foram novamente de 1 milhão e 400 mil euros. -----

Neste orçamento, estão previstos 1 milhão e 700 mil euros para as Juntas, recorde que o Orçamento de Estado transfere 1 milhão e 50 mil euros para as 10 Juntas de Freguesia do Funchal. A Câmara Municipal do Funchal propõe uma transferência de 170% daquilo que é transferido pelo Orçamento de Estado, ou seja, 1 milhão e 400 mil euros em transferências correntes e 300 mil euros em transferências de capital, porque estão a zelar por um ativo comum, que é o domínio público, o que do ponto de vista contabilístico terá um enquadramento como Transferências de Capital. -----

Estas transferências, obviamente, estão previstas no Regime Jurídico das entidades municipais e intermunicipais, não é pura e simplesmente entregar dotações financeiras, sem ter a possibilidade de transferir, também, responsabilidades, é aí que se vê o princípio da subsidiariedade, a Câmara transfere recursos e transfere, também, responsabilidades. Sobre o aumento que terá de 300 mil euros, é para salvaguardar que todas as Juntas de Freguesia, recebam o mesmo por metro quadrado, ou seja, todas as Juntas que tenham que intervir em jardins receberão a mesma dotação para aqueles que ficarem à sua responsabilidade. -----

Este Orçamento prevê uma normalização em termos de apoios sociais às Juntas de

Freguesia, que recebem *per capita* 60 euros de apoios sociais e outras Juntas recebem 10 ou menos euros, portanto, há aqui uma disparidade, e este Orçamento prevê uma normalização, sem que, contudo, nenhuma Junta de Freguesia perca qualquer financiamento. -----

Todas elas vão ver as suas transferências aumentadas em relação ao ano de 2017 e indo ao encontro das suas preocupações, que reconhecemos, as transferências devem, de facto, ser faseadas e ter como referência aquilo que são os preços de mercado. Se o preço de mercado, por exemplo, para arranjar os jardins está nos três euros, não faz nenhum sentido que as transferências para arranjar jardins, como é o caso de Santa Luzia, seja de 1 euro e 20 cêntimos, portanto, será feita uma normalização num valor, e isso é inegável e histórico, a Câmara nunca transferiu 1 milhão e 700 mil euros para as Juntas de Freguesia, o máximo que teve foi 1 milhão e 600 mil euros durante um ano. -----

Obviamente, aquilo que não podemos permitir é que haja transferências da Câmara sem monitorização da aplicação dessas verbas, porque somos responsáveis e exigimos responsabilidade, ao contrário, por exemplo, do que faz o Governo Regional quando propusemos nove contratos de corporação técnica financeira e todos eles foram recusados. Portanto, aqui estamos a aplicar bem, o princípio de subsidiariedade e eu acho que toda a gente ficará satisfeita com estas aplicações que estão previstas." -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, novamente, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** que, respondendo à questão colocada pela Senhora Deputada Carla Freitas, disse que efetivamente houve um Regulamento da Natalidade que já está em revisão desde o ano passado, e que já estão a chegar a uma fórmula final do mesmo, purpurando [sic] precisamente as questões das crianças que frequentam as creches do ensino privado, porque todas as crianças têm direito à educação. -----

E, tal como se comprometeu e informou na última reunião de Câmara, quando tiverem a versão completa da revisão, irão pedir uma reunião ao CDS-PP, para verificarem se aquilo que incorporaram vai ao encontro daquilo que, também, se comprometeram a fazer com o CDS-PP. -----

Depois o Regulamento será colocado em discussão pública, para que todas as pessoas e todas as forças políticas tenham a oportunidade de colocar a sua opinião e de enriquecê-lo. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, disse que é com satisfação que o Grupo Municipal do CDS-PP constata um aumento de trezentos mil euros no apoio às Juntas de Freguesia. Trata-se de um aumento que irá contribuir para a persecução das competências materiais das Juntas de Freguesia, e que irá potenciar mais intervenções de proximidade. -----

Nesse sentido, questionam quais são e se estão definidos os critérios de repartição dessa verba pelas diferentes Juntas de Freguesia, e se os mesmos salvaguardam os princípios de equidade e de proporcionalidade. -----

Depois, referindo-se à Juventude, questionou se o Conselho Municipal de Juventude foi ouvido e se emitiu parecer sobre todas as matérias que estão relacionadas com políticas de juventude e com políticas sectoriais conexas.-----

--- O Senhor Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, do PPD/PSD, disse que algumas rubricas do Orçamento de 2018 necessitam de um esclarecimento em pormenor, nomeadamente: -----

1 – Porque é que na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços - Vigilância e Segurança, em relação ao ano de dois mil e dezassete, existiu um aumento, aproximado, de cento e vinte e quatro mil euros? -----

2 – Por considerarem que o valor de cento e cinquenta e três mil euros, que transita em

13
Luis
[Handwritten signature]

dois mil e dezoito, na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços - Seminários e Exposições, é extremamente elevado, gostariam que esse valor fosse clarificado. -----

3 – Porque a soma de tudo o que se refere a Outros tem um total aproximado de dez milhões de euros, julgam que é fundamental o seu desdobramento, para garantir a transparência das despesas apresentadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, começou por dizer que naquele dia ficou bem claro que o Orçamento em debate não será executado pelo atual Presidente da Câmara Municipal do Funchal, porque ele não garante que irá levá-lo até ao fim. Assim, está, também, a pedir aos Deputados que lhe passe um cheque em branco, o que não farão. -----

Ficou, também, claro, que no atual ano letivo, a Câmara não pagará qualquer propina aos estudantes do Funchal, porque não sabe quanto é que aquela medida irá custar, nem quantos estudantes serão abrangidos. Por isso, encobrem-se atrás de procedimentos, de regulamentos e de prazos que não foram exigidos aquando do apoio aos manuais escolares. -----

Por isso, voltou a questionar o Senhor Presidente da Câmara se vai ou não levar aquele Orçamento até ao final. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara**, dirigindo-se ao Senhor Deputado João Paulo Marques, esclareceu que as imprecisões dos valores, que foram afirmados durante a campanha eleitoral, são valores para o mandato e não para um ano só. -----

Depois elucidou que o Orçamento não é executado pelo Presidente, mas por uma Vereação consubstanciada por todos os Departamentos e Colaboradores daquela Câmara. -----

Contudo, terá todo o gosto em executá-lo, esperando, também, que aquela bancada, tenha a responsabilidade de viabilizá-lo. -----

Sobre as Bolsas de Estudo, esclareceu que as mesmas serão atribuídas no ano letivo de

dois mil e dezoto / dois mil e dezanove. O Regulamento, para além de ser necessário e obrigatório, é também, uma questão de transparência, ao contrário do que acontecia no passado, quando distribuíam materiais de construção, sem qualquer critério.

Depois, com o consentimento do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que clarificou a forma como as transferências para as Juntas de Freguesia serão promovidas: "Aquilo que está previsto, são três tipos de apoios: o Apoio Social, o Apoio Cultural e o Apoio Desportivo, todos estes, com uma referência *per capita* a ser dada a cada uma destas áreas. -----

Adicionalmente, será também considerado um Apoio ao Ensino Básico, porque sabemos que muitas Juntas de Freguesia têm uma articulação com as escolas, e neste aspeto serão os alunos que frequentam o ensino básico nas escolas da respetiva Freguesia. -----

Também serão contempladas verbas para os espaços verdes, limpezas de domínio público (veredas e estradas), e aí aplicar-se-á o método de metro quadrado, a exemplo daqueles que nós (Câmara) também temos. Existem contratos com empresas para fazerem este tipo de serviços, e aquilo que será entregue às Juntas de Freguesia é o valor de referência ajustado. Adicionalmente, ainda está prevista uma dotação para obras e para manutenção do espaço público. -----

Portanto, são todas estas grandezas que serão depois discutidas individualmente com as Juntas de Freguesia, e, obviamente, passa-se sempre pela anuência da Junta em querer assumir determinadas competências, por isso não será nunca feito sem a concordância das mesmas ". -----

Respondendo ao Senhor Deputado Rui Tem-Tem, sobre as questões de Vigilância e Segurança, disse: "nesta rubrica não há qualquer inscrição para a Polícia Municipal, embora, eventualmente uma Polícia Municipal poderia reduzir os encargos aqui vertidos. - Foi aqui falado na Aldeia de Natal, por exemplo, esta, tem policiamento, que cai nesta

14
Lent
P

rubrica de vigilância e segurança, bem como todos os eventos que a Câmara promove, ou mesmo aqueles que a Câmara não promove; é assumido o policiamento, e estão aqui incluídos. -----

Para não falar na vigilância normal dos espaços, como o espaço da Câmara, da Loja do Município e vigilâncias em rondas que não existiam antes, nomeadamente, no Museu Municipal, no Teatro Municipal, nos Armazéns e na Estação de Biologia Marinha, que através do concurso que foi aberto para vigilância, contempla vigilância nos circuitos destes espaços, por isso, o aumento nesta rubrica refere-se ao que acabei de referir. -----

Em relação aos 853 mil euros para Seminários, é nesta rubrica que entram todas as atividades culturais que a Câmara promove, nomeadamente, Feira do Livro, Fica na Cidade, o Dia da Cidade, o 25 de Abril, o Seminário Smart Funchal, que foi promovido pela Câmara, e outras iniciativas culturais que, do ponto de vista contabilístico, são inscritas nesta rubrica. -----

Em relação a outras rubricas que aqui tem, do ponto de vista contabilístico o que não cabe, por exemplo em combustíveis, outras iniciativas, por exemplo relacionadas com Fundos Comunitários, entram aqui nos Outros, e a diferença em relação ao ano passado, é que este ano temos um Orçamento que foi redigido pelo POCAL, e este do ponto de vista contabilístico sai assim, o que não significa que estas rubricas estejam a ocultar o que quer que seja. As rubricas estão classificadas da mesma forma que estavam classificadas em rubricas anteriores." -----

De seguida, foi dada a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira**, que respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Melim, sobre as Bolsas de Estudo, disse que, ao contrário do que aquele afirmou num artigo de opinião: *qualquer estudante de direito do 2º ano, poderia fazer o regulamento para pagamento das bolsas de estudo*, aquela Câmara está a atuar conforme o nº 1 do artigo 98º do Código de

Procedimento Administrativo, que estipula que aquele procedimento seja aberto e publicitado, para que seja possível elaborar um Regulamento que permita atribuição das Bolsas. Como tal, se fosse seu Professor de Direito Administrativo, garantidamente o teria chumbado. -----

Depois, introduzindo uma nota adicional sobre aquela matéria, disse que o que estão a fazer não é por capricho, mas sim, porque a Madeira continua a ter a maior taxa de abandono escolar do País, fruto das políticas do PPD/PSD, durante quarenta anos, naquele Executivo e fora dele. -----

Respondendo às questões, em matéria de Juventude, lançadas por parte da bancada do CDS-PP, elucidou que a política de Juventude daquele Executivo está estabelecida em quatro eixos prioritários, que foram discutidos durante a campanha eleitoral: Educação, Habitação, Emprego e Participação. -----

Sobre as questões da Educação, existem os Manuais Escolares, as Bolsas de Estudo e o Apoio às Creches, que é, também, uma medida do CDS-PP. -----

E também o Desporto, que ainda que não seja diretamente relacionado com a educação, indiretamente serve também esse propósito, no qual aquele Executivo investiu no ano anterior mais de quinhentos mil euros, e continuará a investir. -----

Nas questões da Habitação, depois de encaminharem a política de requalificação e de reabilitação urbana no concelho do Funchal, esperam levar a cabo o Programa de Arrendamento Jovem. -----

Em relação aos Programas de Participação, implicam, para além do CMJF - Conselho Municipal de Juventude do Funchal, uma Assembleia Municipal Jovem, instituída por aquele Executivo, um Orçamento Participativo, um Fórum de Juventude, um Festival de Juventude e existirá pela primeira vez, muito em breve, um Plano Municipal de Juventude.

Respondendo às questões sobre o Conselho Municipal de Juventude do Funchal, disse

15
B/A

que, como prevê o artigo 7º do Regulamento do CMJF, os órgãos daquele têm o mesmo mandato que o mandato da Autarquia. -----

Como tal, já se realizou uma primeira sessão informal, com todos os Conselheiros Municipais de Juventude, informando-os que neste momento decorre na Assembleia Legislativa Regional, um procedimento de revisão da legislação que se aplica aos Conselhos Municipais de Juventude, o que, à partida, implicará uma revisão do Regulamento Municipal de Juventude do Funchal, porque, por exemplo, o parecer sobre o Orçamento, deixa de ser facultativo e passa a ser obrigatório, e uma série de outras alterações, com as quais também aquele Executivo concorda e que espera que venham depois a ser vertidas no Regulamento do CMJF. -----

Mas, enquanto isso não acontece, o CMJF, e por força do seu Regulamento, tem seis meses para redefinir quem são os seus Conselheiros, indicados pelos partidos políticos, pelas associações e todos aqueles que o compõem, e assim que o Orçamento estiver aprovado, terão uma verba de dez mil euros, que poderá ser utilizada da forma que os Conselheiros quiserem, em prol da Juventude do Município do Funchal." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** começou por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a resposta à sua questão sobre a Aldeia de Natal, mas "considera que têm noções muito diferentes daquilo que é o espírito natalício, porque a festa que fazem em torno da celebração do Natal, é a *politica do pão e do circo*, para coibir as populações de se revoltarem e reivindicarem os seus direitos. Tornando-se, assim, o salvador da pátria, que em vez de combater os vícios instalados, junta-se a eles e faz igual, enfermado no vício do populismo e ficando refém do voto fácil."

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que respeita a opinião da Senhora Deputada Raquel Coelho, mas não percebeu qual foi a pergunta. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,**

questionou, se, para o Senhor Presidente da Câmara, o espírito de Natal é a *política do pão e do circo* que foi feita nos Paços do Concelho. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a política social daquele Executivo não é só o dar às pessoas, mas sim, capacitá-las com a dignidade que elas merecem. ----

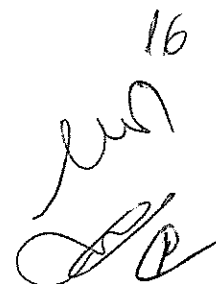
--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, começou por recomendar aos líderes das restantes bancadas que, numa próxima sessão de líderes, terão de reformular tudo o que ali está a acontecer, para uma melhor condução dos trabalhos. Porque, acha que houve ali interpretações dúbias daquilo que foi decidido na conferência de líderes, pois, em toda a primeira parte do ponto em discussão, cujo objetivo principal é clarificar o debate do Plano e do Orçamento, ninguém se entende naquilo que é o pedido de esclarecimento, reformulação ou pedido de intervenção. -----

Passando à questão do Orçamento, há um quesito que não pôde deixar de abordar, e de lamentar, que é: "existindo no momento muitos funcionários na situação de Ocupação em Contexto de Trabalho, em vez ser feito um reforço no quadro de pessoal, por que não fazem o inverso, reduzindo a precariedade de quem ali já está preenchendo as vagas que o quadro de pessoal permite?" -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, relativamente àquela questão, lembrou que depois de ter havido a possibilidade de aumentarem os quadros da Câmara, têm investido bastante naquela área. -----

Depois, sobre as questões da mobilidade, disse que o anterior Orçamento de Estado permitiu a possibilidade da mobilidade intercategorias e da mobilidade intercarreiras. -----

Assim, a Câmara, preocupando-se em valorizar os seus colaboradores, que gradualmente foram melhorando as suas competências académicas e que estavam a exercer funções abaixo das competências que tinham, tiveram um processo de mobilidade intercarreiras muito elevado, subindo de Assistentes Operacionais para Assistentes Técnicos e de

16


Assistentes Técnicos para Assistentes Superiores, o que sobejamente beneficiou os serviços da Câmara. -----

Como consequência, repercutiu-se uma falha nos Assistentes Operacionais, por isso, no momento estão a decorrer Concursos para Assistentes Operacionais em diferentes áreas. O processo de Mobilidade Intercategorias está no momento a ser trabalhado, porque necessitavam das clarificações que surgiram no Orçamento do ano em curso, e está relacionado com a questão dos Encarregados e dos Coordenadores Técnicos. -----

Em relação aos Precários, é uma área que pelo modo como está a ser clarificada, necessita de muita salvaguarda, mas já têm pronto um levantamento, e durante o mês de fevereiro irão resolver as questões dos precários. -----

--- Por esta ocasião o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Segundo Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para se poder pronunciar, sendo substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso**, da GMC, interpelou a Mesa solicitando que se faculte à Assembleia à indicação dos tempos disponíveis para os restantes grupos municipais fazerem as suas intervenções. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o Grupo Municipal Confiança dispõe de cinquenta minutos, o Grupo Municipal do PPD/PSD de trinta e cinco minutos, o Grupo Municipal do CDS-PP de onze minutos, o Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU de quatro minutos, o Grupo Municipal do PTP de quatro minutos e a Coligação Nova Mudança (MPT) de dez minutos. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes**, do GMC, começou por elogiar a Câmara pelos aumentos: nos Apoios Sociais, no Apoio aos Manuais Escolares e nas Bolsas de Estudo. -----

E, se existe demora na elaboração dos Regulamentos, deve-se à transparência com que

se pauta aquela Autarquia, porque nos mandatos do PPD/PSD as pessoas diziam que os passeios, as bolsas e outros benefícios que existiam, eram só para amigos. -----
Retorquiu, também, que se a confusão gerada com os tempos regimentais tivesse acontecido no mandato do Dr. Rodrigo Trancoso, este teria sido trucidado pelos deputados do PPD/PSD. -----

Sobre a preocupação e o anseio do Senhor Deputado João Paulo Marques, em o senhor Presidente da Câmara não terminar o seu mandato, julga que esse anseio é positivo, porque, se aquele for Presidente do Governo Regional, irá colocar medidas à disposição, haverá um Orçamento mais transparente, haverá Acordos de Execução e haverá maior descentralização para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais. -----
Por isso, crê que tudo aquilo que foi dito pela bancada do PPD/PSD são elogios àquela Câmara e ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** quis apenas esclarecer que o Regimento daquela Assembleia não foi feito nem pelo PPD/PSD, nem pelo Presidente da Assembleia, mas por todos os Líderes dos Grupos Municipais. -----

--- Sendo treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos, para o intervalo do almoço. -----

--- Após este intervalo, os trabalhos retomaram às catorze horas e quarenta e quatro minutos, com a intervenção do **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, que transmitiu o seguinte: "Hoje dia 30 de janeiro estamos perante o primeiro documento estratégico, relativamente às Grandes Opções do Plano deste executivo após as últimas Eleições Autárquicas. É, pois, por isso, que me cumpre na qualidade de Deputado desta Casa e de Líder do Grupo Municipal do CDS-PP, intervir, supervisionar, e monitorizar se todas essas mesmas opções políticas estarão ou não plasmadas na execução ao longo do ano económico, com vista á melhoria na qualidade de

vida dos nossos cidadãos que escolheram viver na cidade do Funchal. É bom sentir que, fiéis aos princípios da compreensão democrática e da política, não nos podemos ludibriar pelas tantas vezes sedutoras, mas irresponsáveis e perigosas demagogias. Sim. Trata-se de uma chamada de atenção a todo o poder Executivo, pois sentimos o peso de alguma responsabilidade democrática que em nome da nossa bancada, falo pelos milhares de votos expressos pelos Funchalenses, que quiseram demonstrar que são contra as maiorias parlamentares, e que preferiram a opção do diálogo, da concertação, e de um conjunto de orientações políticas que visassem o bem comum dos Funchalenses nesta Assembleia Municipal. -----

O CDS-PP neste novo mandato procurará quer na Câmara Municipal do Funchal, quer na Assembleia Municipal do Funchal, ser uma oposição construtiva e procurar entendimentos e diálogos onde possamos desenvolver políticas comuns que ultrapassem as nossas diferenças ideológicas e uma ação fiscalizadora onde achamos que poderiam ter feito mais e melhor. Quanto ao valor de 100 milhões de euros, espelhado neste Orçamento, realçamos algum equilíbrio nas contas públicas do Município, não sendo o Funchal o único Município da RAM a reduzir a sua dívida, por exemplo destaco aqui o Município de Santana que, para além de conseguir reduzir a sua dívida, paga a tempo e horas aos seus fornecedores. O que observamos e constatamos é que, por via das opções políticas, na contenção da despesa pública, praticamente travaram o investimento público no mandato anterior, não se repercutindo em áreas muito importantes, tais como construção de novos fogos habitacionais, onde desesperam quase cerca de 3.500 Funchalenses à espera de uma nova habitação. -----

Dou como exemplo, o ano de 2016 onde os Senhores reduziram drasticamente o investimento em mais de 25%. Mas essa redução no *deficit*, convém lembrar que se deveu, e muito, à Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, que obrigou os

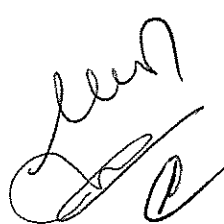
Municípios a entregar na DGAL um plano de liquidação dos pagamentos em atraso, ao abrigo do Regime Financeiro das Autarquias Locais, a Lei 73/2013, que consagrou um conceito de endividamento diferente, proposta essa apresentada por um Governo PSD/CDS, onde o regime de endividamento díspar do que era seguido até então, impôs que o limite da dívida total a 31 dezembro não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. -----

Permitam-me que diga que este Orçamento deveria dar mais importância à manutenção e conservação dos bairros sociais, onde atualmente temos um parque habitacional envelhecido e precisando urgente de obras. Convém reforçar que só no Funchal, e sob a tutela da Câmara Municipal do Funchal, existem cerca de 33 conjuntos habitacionais. Achamos que 3 milhões de euros se torna manifestamente pouco para quem necessita de muito. Pedimos que cumpram com o programa Amianto Zero, programa esse proposto pelo vereador do CDS-PP no mandato anterior, e que deem cumprimento ao financiamento de médio e longo prazo, aprovado em 2016 nesta Assembleia, no valor de 10 milhões de euros, No último diagnóstico realizado, existiam ainda cerca de 71 casas a ter este agente cancerígeno. -----

Um Orçamento que aposte na melhoria da rede viária da nossa cidade, nos arruamentos e no investimento prioritário em novas acessibilidades. -----

Nas Grandes Opções do Plano, na página três, há um parágrafo muito vago, em que o executivo prevê a contratualização de um novo empréstimo. Estaremos cá para ver. -----

No investimento relativo às águas, no passado mês de novembro em reunião de Câmara, Rui Barreto, do CDS-PP, apresentou uma proposta votada por unanimidade, em que propunha um levantamento exaustivo dos problemas da rede de abastecimento do Município, apresentando os resultados e um plano de intervenção no prazo máximo de um ano. Esta proposta do CDS-PP tem como principal meta a diminuição das perdas em termos

18


ambientais, e como fator preponderante e relevante na diminuição, o valor por metro cúbico de água pago pelos cidadãos do concelho do Funchal. Aproveitar o investimento já realizado no passado, entre 2011 a 2013, no qual foram investidos cerca de 10 milhões de euros na renovação da rede do Funchal numa área de 149 hectares. Atualmente, existe cerca de 62% de perdas de água no nosso Concelho. Felicitamos que a nossa proposta esteja refletida, na página catorze, das Grandes Opções do Plano. É a este nível de atuação política que o CDS-PP se situa. Cito neste contexto Abraham Lincoln, «um boletim de voto tem mais força que um tiro de espingarda».

Como escreveu Rui Barreto no seu artigo de opinião, no início do ano, a *política serve para servir as pessoas e não um jogo de xadrez*, e dando continuidade a esta práxis política, satisfaz-nos que conste este ano no documento das Grande Opções do Plano, na página dezoito, uma das nossas bandeiras eleitorais, o cartão Eco – Funchal, o qual espelha bem a nossa visão de que queremos uma Cidade, não com muita gente a limpar, mas sim com menos gente a sujar. Queremos que os Funchalenses ao entregar os vários resíduos sólidos nos Ecopontos, a designar num futuro regulamento municipal, irão ganhar pontos nos seus cartões Eco- Funchal, e com o acumular desses pontos irão depois reverter em descontos na fatura da água.

Dentro das áreas sociais, e dando cumprimento ao nosso programa eleitoral, e baseando-se num dos pilares de abril, a democracia, o CDS-PP desmistificou um tabu que existia dentro e fora da nossa sociedade, e fundamentalmente derrubou um preconceito ideológico: o financiamento a cerca de duas mil crianças matriculadas nas creches e jardins de infância no ensino privado, beneficiando de uma mensalidade mais baixa. Pressionaremos e estaremos atentos ao valor que irá ser concedido nesta rubrica, visto que este diploma ainda carece de uma regulamentação aprovada, ainda neste primeiro semestre.

-

Na área da educação, observamos que não dispomos de mapas concretos sobre investimento na construção de novos ou na beneficiação de parques infantis na nossa cidade. Em pleno segundo mandato, espanta-nos a nós, Deputados do CDS-PP, que o Executivo não tenha dado ouvidos às Autoridades Inspetivas a parques infantis, pois consta no relatório desta entidade, emitido no passado dia 23/04/2017, e relatado pelo *DN/Madeira*, que os parques infantis de São Martinho, da Fortaleza (na Achada) e de Santa Catarina, estavam em falta com a entrega de documentos que comprovem a existência de registo de manutenção de conformidade e a existência de seguro de responsabilidade civil. Em boa hora o CDS-PP atuou, e a Câmara recuou na DERRAMA, vamos lá ver se vão ter uma boa execução das cobranças ao nível dos impostos. -----

100 Dias de governação. -----

100 Dias de oposição construtiva. -----

100 Dias de gestão de proximidade com as nossas promessas e as nossas bandeiras. ----

Seremos o árbitro da nossa população.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, do PPD/PSD**, colocou os seguintes pontos e questões: -----

“Ponto um – No Orçamento da Despesa, a rubrica de Aquisição de Serviços (estudos, pareceres, projetos e consultadoria), gostaria de colocar as seguintes questões: -----

- Porquê o aumento de setenta e dois por cento em relação ao ano anterior? -----

- Os estudos são abertos por concurso ou por ajuste direto? -----

- A Câmara Municipal do Funchal não tem corpo técnico capaz e suficiente para proceder a alguns daqueles estudos de pareceres e projetos? -----

Ponto dois – No Orçamento da Despesa, na rubrica de Aquisição de Bens de Capital, foi atribuído um valor de quatrocentos e onze mil euros, no ano de dois mil e dezassete e para o ano de dois mil e dezoito o valor é de setecentos e oitenta e cinco mil euros. Qual o porquê

—



daquele aumento? -----

Ponto três – No Orçamento da Despesa, na rubrica de Aquisição de Serviços (publicidade), o valor atribuído para dois mil e dezoito é na ordem dos trezentos e sessenta e oito mil euros, no ano anterior foi de sessenta mil euros, um aumento de quinhentos por cento. Porquê este aumento tão elevado? -----

Ponto quatro – No Orçamento da Despesa, na rubrica Combustíveis e Lubrificantes (gasolina), o valor atribuído em dois mil e dezoito é de sessenta e um mil euros, no ano anterior foi atribuído vinte e sete mil euros. Que futuro pretende para a Cidade, quando incentiva um consumo de gasolina dentro da própria infraestrutura camarária, sabendo que a frota de carros a gasolina é bem limitada. Porquê aumento no consumo de gasolina? ---

Ponto cinco – No Capítulo da Despesa, Aquisição de Bens e Serviços, a rubrica Outros está contemplada com quatro milhões e duzentos mil euros, um aumento de um milhão e duzentos mil euros. A que se destinam esses quatro milhões e duzentos mil euros? -----

Para resumir, este orçamento apresentado para o ano de 2018 reflete uma estratégia política pagando e prometendo pagar diretamente e indiretamente ações de propaganda, em vez de pensar nos funchalenses e no seu futuro.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, PCP/PEV-CDU,** interveio dizendo: “O Concelho do Funchal continua a ser marcado por assimetrias diversas que condicionam um desenvolvimento equilibrado. Não obstante a concretização ao longo dos anos de um conjunto de obras resuflantes dos movimentos reivindicativos das populações (nomeadamente acessibilidades, associando-se a estas o lançamento das redes de saneamento básico), continuam a ser notórias as diferenças entre as Zonas Altas e Super Altas e outras zonas da cidade. -----

Nas Zonas Altas e Super Altas ainda assistimos a um cenário onde um conjunto alargado de localidades é servido por acessibilidades deficitárias, onde as dificuldades de acesso a

bens e serviços, como os transportes públicos são notórias, onde subsistem bolsas de habitação não legalizada e áreas habitacionais sujeitas a situações de risco e de insegurança. A proposta de Plano e Orçamento para 2018 é apresentada por este Executivo camarário como sendo equilibrada, justa e solidária e das prioridades apresentadas, consideramos insuficientes as verbas consagradas em orçamento para este ano. Para a CDU, era tempo de vermos mais investimento, tendo em conta que este Executivo deixou passar um mandato inteiro, sem que se vissem obras estruturantes concretizadas no terreno. Muitas obras de acessibilidades que são fundamentais para as populações das Zonas Altas, muitas delas já propostas pela CDU nos últimos anos, apenas constam no papel ou nas placas ressuscitadas à entrada de cada sítio. O que é certo é que até hoje a maioria das obras passou do papel para o cartaz, mas a maior dificuldade é conseguir transpô-las do papel para o terreno. -----

A implementação deste conjunto de reivindicações das populações seria essencial para garantir que a Câmara Municipal do Funchal fosse efetivamente mais justa e solidária. É uma proposta que, no nosso entender, demonstra insensibilidade perante os problemas de quem vive no Funchal e alheia àquelas que são as necessidades mais urgentes do concelho. -----

Passar das palavras aos atos, é o que se exige!" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC,** disse o seguinte: "É com enorme responsabilidade que foi apresentado hoje, pelo Executivo camarário, o Orçamento do Município do Funchal para o ano já em curso de 2018. ----- Este Orçamento define claramente as opções do Executivo camarário, liderado pelo Presidente Paulo Cafôfo, colocando em prática as promessas proferidas durante a campanha eleitoral, que culminou nas eleições autárquicas do passado dia 1 de outubro de 2017, e conseqüente eleição do atual Executivo camarário. -----

20


O Executivo governará até 2021, orientado pela maioria e pela confiança que lhe foi dada pelos munícipes do Funchal. -----

O Executivo, com um sentido de responsabilidade de enaltecer, teve o cuidado prévio de ouvir, acolher e inclusive incluir neste orçamento, propostas de todos os partidos da oposição e dos seus Vereadores. -----

Cabe-nos agora a missão de analisar o documento em causa constituído por duas peças:

- O Orçamento para 2018. -----

- As Grandes Opções do Plano para 2018. -----

Irei começar pelo Orçamento para 2018, elaborado segundo a ótica de caixa e, portanto, onde o ponto principal é que tenhamos orçamentado com consistência a receita de forma a que seja possível pagar a despesa, tendo em atenção manter os prazos de pagamento dentro do legalmente previsto. -----

Temos um Orçamento perfeitamente equilibrado, que totaliza 100 milhões de euros, sendo a sua receita representada por 74 milhões de receita corrente, de onde ressaltam 36 milhões de euros de impostos e taxas, ou seja, 37% da receita. Salientar que a receita de capital é de 26 milhões de euros, 26% do total. -----

Contrariamente aos Orçamentos dos anos anteriores, não foi colocada a receita prevista de 5 milhões de euros, correspondentes à dívida do Governo Regional da Madeira à Câmara Municipal do Funchal, resultante da participação na receita de IRS dos anos de 2009 a 2010 e que nos é devida... Mas que o Governo e o PSD teimam em não pagar. ---

Relembremos que o Governo Regional da Madeira e o PSD, que são tão céleres em reclamar dívida ao Estado Central, deveriam, também, não se esquecer de, antes de atirar qualquer pedra para o telhado do vizinho, regularizar com a máxima celeridade esta dívida já anteriormente reclamada pelo Executivo camarário ao tempo da governação do PSD do Dr. Miguel Albuquerque, junto das finanças nacionais e que se veio a descobrir que já tinha

—
sido paga ao Governo Regional da Madeira do Dr. Alberto João Jardim. -----

Ainda do lado da receita deve ser evidenciado, nas transferências de capital, o fraco ou quase nulo contributo da administração regional, cerca de 1%, o que lamentamos e que em nada abona o relacionamento entre dois órgãos executivos. Esta atitude do Governo Regional da Madeira é comum a todos os municípios que não são da sua cor. -----

Resumindo do lado da receita: -----

- O IMI apresenta um decréscimo de 0,8 milhões de euros resultante de uma mais equilibrada distribuição pelas famílias. -----

- O IMT, um acréscimo de 2,6 milhões de euros, fruto de uma dinâmica do mercado imobiliário e dos incentivos à reabilitação urbana. -----

- A redução de 5,3 milhões de euros na participação do IRS resultante de uma maior distribuição pelas famílias. -----

Do lado da despesa convém evidenciar a despesa com pessoal correspondente a 33% (33 milhões de euros) e a despesa de capital de 33%, ou seja, só estas duas rubricas correspondem a 66% da despesa. Notamos que o valor de 1,4 milhões de euros corresponde às alterações e reposições contempladas no Orçamento de Estado no que concerne ao funcionalismo público. -----

Salientamos e enalteçemos o enorme esforço, do lado da despesa corrente, com um aumento de 50% para apoio às famílias passando de 1,7 milhões de euros em 2017 para 2,6 em 2018. -----

Não podemos deixar passar em claro o forte investimento na aquisição de bens de capital, o qual apresenta um acréscimo de 29% em comparação com o Orçamento de 2017. -----

É imperioso continuar a realçar a capacidade de gestão financeira evidenciada, ano após ano, e que tem levado à constante redução da dívida e conseqüente despesa com ela conexas e que motiva, como é natural, uma redução da despesa. -----

21

A dívida total relevante continua abaixo dos limites previstos, o que também interessa sublinhar. -----

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO: -----

Enaltecemos o empenho que representa o valor acrescentado na elaboração das Grandes Opções do Plano. -----

Efetivamente, uma leitura atenta do Plano Plurianual de Investimentos, em comparação com 2017, revela evoluções extremamente positivas, tais como: -----

- Nas funções gerais – administração geral existe um decréscimo de 10,5%. -----
- Nas funções sociais - um aumento de 24,5%. -----
- Nas funções económicas. -----
- Em termos gerais, um aumento de 129%. -----

Assim sendo, é por demais evidente o cuidado colocado na elaboração das GOP e o empenho evidenciado no bem-estar da população do Funchal, destacando-se: -----

- As funções sociais têm uma participação de 55% em que 40% se destinam à habitação social. -----
- As funções gerais 23%. -----
- As funções económicas 20%. -----
- Outras funções 2%. -----

Este não é um pseudo-orçamento, nem um orçamento cosmético, porque não trata das aparências, não tenta embelezar para agradar, mas vai às profundidades das situações reais dos munícipes. É um Orçamento real. -----

Enaltecemos, mais uma vez, a necessidade de aprovar o presente Orçamento, assim como as Grandes Opções Plurianuais, agora apresentados." -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, manifestou-se confusa com o teor da intervenção do Senhor Deputado Orlando Fernandes,

porque na semana anterior leu um artigo de opinião de um colega do partido do mesmo, JPP, Nelson Veríssimo, no *Funchal Notícias*, em que ele falou de, “Separar as águas”, nomeadamente no que concerne ao facto de o atual Presidente da Câmara Municipal do Funchal estar agora disponível para encabeçar a lista do PS às próximas Legislativas Regionais, perfilando-se assim como futuro Presidente do Governo Regional da Madeira. - Passando a citar uma parte do referido artigo de opinião: “... Paulo Cafôfo foi eleito para a Câmara Municipal do Funchal através de uma Coligação de diferentes forças partidárias, perante as quais tinha também o compromisso de assumir a presidência durante um mandato. A sua nova postura obriga as forças da Coligação autárquica para o Funchal a repensarem a sua participação no projeto “Confiança”, dado que o pressuposto fundamental da mesma – servir o Município durante quatro anos – deixou de existir.” ----- Como tal, perguntou se o Partido da JPP ainda se mantém firme com a Coligação Confiança, ou se vão acatar os conselhos do Senhor Nelson Veríssimo, no sentido de “separar as águas”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, expôs o seguinte: “Hoje discutimos, nesta Assembleia, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para este ano (2018). Uma discussão onde o executivo apresenta o seu Programa e os seus objetivos para desenvolver a cidade do Funchal – e prepará-la para o futuro – com as opções legítimas de quem viu a sua maioria reforçada pelo voto dos funchalenses há poucos meses. -----

É um projeto assente em seis eixos estratégicos, que tornarão o Funchal mais próximo dos cidadãos, mais dinâmico e sustentável, e mais empreendedor, onde, por exemplo, a cultura ganha destaque e sobe a um lugar de excelência e de referência na oferta (cultural) da Região. -----

Por outras palavras, é um Plano e Orçamento que pretende olhar a Cidade e prepará-la

para novos tempos, em articulação com as Juntas de Freguesia, os autarcas de proximidade por excelência, dar-lhes competência, mas sobretudo recursos para que sejam eles também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e de progresso. É isso que nós queremos, que a cidade precisa, e que os cidadãos/funchalenses votaram no passado dia 1 de outubro de 2017. -----

No que respeita ao Plano e Orçamento para 2018, e que hoje votamos nesta sessão da Assembleia Municipal, gostaria aqui de tecer algumas considerações sobre a importância dos apoios e funções sociais prestados pela autarquia do Funchal no passado – e para o futuro –, em momentos que foram “sérios” e deveras “difíceis” para centenas ou mesmo milhares de famílias da Cidade. -----

Todos nós sabemos que a Região Autónoma da Madeira está, do ponto de vista social, mais desigual, e que o XIXº Governo Constitucional da República, que tomou posse a 21 de junho de 2011 – liderado por Pedro Passos Coelho e por Paulo Portas (cessando funções a 30 de outubro de 2015), muito “compuseram e dispuseram” no sentido de diminuir um conjunto de apoios/prestações sociais aos mais desfavorecidos, desde as alterações nas prestações sociais como o abono de família, o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Complemento Solidário para Idosos (CSI) ou o Subsídio Social de Desemprego, o que fez disparar as desigualdades no nosso País e, em particular, na Região Autónoma da Madeira, e também, de acordo com os dados da execução orçamental, fez com que o Estado gastasse menos com o Sistema de Proteção Social e de Cidadania (que engloba todos os subsistemas de proteção social não contributiva). -----

Por outras palavras, a crise tornou o País mais desigual e o que era expectável é que o Estado Central percebesse – e atuasse – perante a necessidade de proteger os cidadãos mais vulneráveis, mas, quem realmente o fez, foram as Autarquias, onde se inclui também, e em particular, a cidade do Funchal, e nem mesmo um Governo Regional autónomo –

liderado na altura por Alberto João Jardim – afundado numa "dívida oculta" que em setembro de 2011 já ascendia a 1891,3 milhões de euros (Jornal Público), agiu de modo proficiente neste domínio e centrou alguma da sua ação governativa na procura de soluções políticas que concedessem dignidade social às famílias mais carenciadas, e prestações sociais auxiliares que assegurassem um maior suporte nos rendimentos, por exemplo, de muitos pensionistas/reformados da Região. -----

Ora, se o passado o justificava, o presente ainda o legitima, e, portanto, a atual conjuntura económica, financeira e social regional preceitua que a entidade pública Câmara Municipal do Funchal, adote e prossiga, uma dimensão social nas suas políticas. -----

Todos nós sabemos que há um útil e eficaz trabalho feito no passado recente, trabalho que continuará e será fortalecido ao nível dos apoios sociais às famílias (à natalidade, por exemplo), quer ao nível da solidariedade social (a comparticipação municipal em medicamento, o subsídio ao arrendamento de casa), quer ao nível dos projetos educativos que desenvolve junto das crianças, adolescentes e jovens do Concelho. -----

Relembramos que a missão de uma Autarquia também é esta: estar mais perto e fazer por ajudar todos os munícipes que realmente precisam... é preciso garantir aos funchalenses um direito que é seu, o da proteção social. -----

NÓS acreditamos que a sustentabilidade das sociedades se constrói (e consolida), através da proteção e da segurança que as instituições públicas – e os governos também podem e devem prestar aos cidadãos! – e este Executivo camarário vai prosseguir um caminho neste domínio iniciado no seu mandato anterior! -----

Mais: o investimento nos apoios sociais às famílias, às comunidades e às instituições, é por NÓS considerado um investimento na promoção da dignidade humana e não um "gasto excedente"! -----

Assim, votar contra este Plano e Orçamento aqui apresentados é também votar contra uma

23
[Handwritten signature]

responsabilidade que é de todos, e “permitir um retrocesso” neste/a domínio/área que são os apoios sociais. Todos nós somos chamados a esta missão! O garante da justiça e do bem-estar social, o garante da universalização dos direitos sociais são uma responsabilidade que deve ser partilhada com o Estado, sob pena de deixarmos para trás alguns dos nossos concidadãos e concidadãs. Isso nós não pretendemos e não deixaremos que aconteça! -----

Votar contra este Plano e Orçamento para 2018, é votar contra os funchalenses mais desfavorecidos e contra a sustentabilidade de uma sociedade que se constrói e consolida através da proteção e da segurança que as instituições públicas têm o dever de garantir! - Assim, e diante de tudo o que foi anteriormente dito, hoje temos boas (e todas) as razões para acreditar nos apoios sociais existentes no Município do Funchal – e também naqueles que irão agora ser desenvolvidos para servir os funchalenses – assim como no Plano e Orçamento apresentados para 2018, que por todas as forças políticas com sentido de responsabilidade devem ser aprovados!" -----

--- O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC, começou por referir-se a uma notícia, publicada naquela manhã, no *Jornal da Madeira*, dizendo que o PPD/PSD está contra aquele Orçamento porque é, “*assustador e desonesto e que é um orçamento unipartidário, populista e autoritário, não apoiou as propostas mais significativas apresentadas pelo PSD*”. -----

Contudo, aquele Orçamento é o mais participado pelos vários partidos que compõem aquela Assembleia, porque foram incluídos todos os contributos dados por aqueles. -----

Noutra notícia, o PPD/PSD, também, pretendia, um Fundo Municipal de Solidariedade para apoiarem questões como: os medicamentos - já existe; ajuda no pagamento de rendas - já existe, apoio nos livros e nos manuais escolares - já existe; bolsas de estudo - está a desencadear-se; para a continuidade dos Programas em Contexto de Trabalho - vão

continuar; prestação de cuidados domiciliários - assunto da Secretaria de Inclusão Social; extinção da DERRAMA - imposto que no passado, também, quiseram aplicar com a taxa máxima; diminuição da carga fiscal de IRS - nunca fizeram nos anos em que governaram aquela Autarquia. -----

Também existem verbas inscritas no Orçamento para: as propinas; para as Juntas de Freguesia; para a pavimentação urbana e para investimento nas redes de água. -----

Finalizou, referindo que as Juntas de Freguesia beneficiaram do maior aumento de transferências, vinte e um vírgula quatro por cento, e que será interessante ver a posição e o sentido de voto dos seus colegas que representam as Juntas de Freguesia. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, da GMC**, referindo-se à hipótese afluída por diversas bancadas de aquele Orçamento vir ou não a ser executado pelo atual Presidente da Câmara, registou que quem está a fazer aquela crítica está a fazer um elogio ao atual Presidente da Câmara, reconhecendo-lhe capacidades: se, eventualmente, não estiver presente naquele Município, todo o programa eleitoral, todas as medidas que estão previstas e todo o trabalho da restante vereação irá cair por terra. -----

Por outro lado, também, lembrou ao grupo municipal do PPD/PSD, que em mil novecentos e noventa e quatro, era Presidente da Câmara Municipal do Funchal o Professor Virgílio Pereira, eleito em mil novecentos e noventa e três, que por desentendimentos com o Dr. Alberto João Jardim, o Vice-presidente de então, Dr. Miguel Albuquerque, assumiu o cargo de Presidente da Câmara, sem melindres, indignações nem suscitação de eleições intercalares por parte da PPD/PSD. -----

Assim, deixou um repto ao grupo municipal do PPD/PSD para se inteirar do porquê de os Deputados Municipais de então não terem requerido eleições intercalares. -----

Entrando na questão do Orçamento, disse também ter lido a notícia já referida pelo seu

24
Luis
S

colega de bancada, Senhor Deputado Duarte Caldeira, onde o PPD/PSD classifica aquele Orçamento de desonesto, por isso, colocou as seguintes questões: -----

- "Será desonesto o Orçamento ter um aumento da receita, resultante de um aumento de Fundos Comunitários, em que é a Comunidade Europeia que está a contribuir, e no caso dos impostos, o aumento provir do IMT e da DERRAMA, sendo aquele, resultante de uma maior dinâmica que está a acontecer no mercado imobiliário, por, novamente, as famílias, terem mais possibilidades, o que lhes dá uma maior capacidade contributiva? E, por outro lado, se há maior arrecadação da DERRAMA, é porque as empresas, estão a ter maior lucro, o que lhes dá, também, uma maior capacidade contributiva. -----

- Será, também, desonesto neste Orçamento não se estar a considerar a inclusão da parte respeitante à participação variável no IRS? Já que, nos últimos quatro anos, uma das grandes críticas que o PPD/PSD fez aos Orçamentos da Câmara é que estavam incluídos os cinco milhões de euros, resultantes da questão que está a ser dirimida judicialmente relativamente a essa verba que está em falta para com o Município. -----

- Há um aumento de Despesas de Capital neste Orçamento, na ordem dos três vírgula sete milhões de euros, onde estão alocadas mais verbas para o investimento, isso é, também, desonestidade? -----

- É também desonestidade, haver uma diminuição de dois vírgula cinco milhões de euros na Aquisição de Bens e Serviços? -----

- Será desonesto transferir mais um milhão de euros para as famílias, através das Transferências Correntes? -----

- É desonesto alocar mais um milhão e quatrocentos mil euros para Despesas com o Pessoal, que se traduz uma aposta de mais recrutamento de recursos humanos e que vai beneficiar as próprias pessoas que vão ser recrutadas? -----

- É desonesto estar a atribuir mais trezentos mil euros às Juntas de Freguesia? Neste

âmbito, um milhão e setecentos mil euros, contemplados neste Orçamento é um valor que nunca foi atribuído por aquele Município às Freguesias e que ficará na história daquele Município. -----

- É também desonesto preverem amortização de empréstimo que não chega aos dez por cento do valor dos cem milhões de euros? " -----

Para terminar, referiu que aquele não é um Orçamento da Confiança, mas do que resultou do diálogo que democraticamente e com maturidade foi estabelecido com todos, sem exceção, por isso, apelou para que tenham presente o bom senso, a boa fé e consciência, no momento que exercerem o direito de voto sobre a aprovação, ou não, daquele Orçamento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** dirigindo-se ao Senhor Deputado Rodrigo Trancoso, disse que o mesmo foi muito crítico em relação a algumas posições que a oposição manifestou em relação ao Orçamento para 2018, por isso, com todo o respeito, utilizou a expressão, *triste macaco é aquele que não olha para o seu rabo*. Porque, considera que o mesmo, também, deve fazer apreciações e repreender certos e determinados comentários que ali ouviu serem feitos por parte da Vereação, que aquele está a suportar. Porque o Senhor Vereador João Pedro Vieira pôs em causa a opinião do Senhor Deputado do Bruno Melim, que por não ter concluído o seu curso, não tinha formação académica. E os Deputados daquela casa não valem pelo grau académico, pela sua formação ou pela sua profissão, valem pelo voto que lhes foi depositado pelos Funchalenses. -----

--- **O Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira** pediu defesa da honra, para esclarecer a Senhora Deputada Raquel Coelho e dizer perante os seus insultos constantes àquela Casa, os seus impropérios, que passaram desde *urso* a *macaco*, e todo aquele que é o espetáculo constante que traz àquela Casa, que nunca colocou em causa as

25
Levi
S

habilitações de ninguém, sobre qualquer tipo de interpretação ou de qualquer tipo de matéria. Colocou, em causa, sim, a interpretação que foi dada relativamente a um procedimento que aquela Casa adotou. -----

Acrescentou, ainda, que não tem vergonha de nenhum madeirense nem de nenhum português, nem afeição por qualquer estrato social, porque nasceu, cresceu e continua a viver num bairro social, que é o da Nazaré. -----

Por isso, independentemente da formação dos Senhores Deputados e do seu estrato social, garantiu que do início ao fim do meu mandato, cumprirá o seu compromisso com todas as pessoas e não apenas com quem está no poder. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, por aquela ocasião, chamou a atenção das pessoas que assistiam à sessão, que não podem manifestar-se nem intervir. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, da GMC, respondendo ao pedido de esclarecimento da Senhora Deputada Raquel Coelho, disse estar perplexo, porque a mesma tem sido das mais acérrimas pela liberdade de expressão e com o pedido de esclarecimento que acabou de fazer, lançou-lhe um repto para repreender um Senhor Vereador por uma das suas intervenções." É ou não, a favor da liberdade de expressão?" -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, pediu defesa da honra, para dizer que se não estão familiarizados com os ditados populares, procurem esclarecer-se, e deixar claro, que ser democrata, não é algo com que se nasce, é algo que se aprende e que todos têm um grande trabalho a fazer nesse sentido. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança, (MPT), disse que não pondo em causa a seriedade, honestidade, verdade e rigor em que se baseou a elaboração daquele Orçamento, considera que o mesmo não olha para a Cidade toda por igual, porque: -----

- O investimento proposto para as Zonas Altas fica muito aquém daquilo que foi prometido durante a campanha eleitoral. -----

- O *slogan* "Para as pessoas e pelas pessoas" é um muito bom, mas aquilo que é proposto para a Habitação Social é muito pouco. -----

- O valor orçamentado para as acessibilidades, becos e veredas, não é suficiente. -----
Entende, também, que aquela candidatura que venceu as eleições, indiscutivelmente, deverá levar o mandato até ao fim. Pois o que ouviu do Senhor Presidente da Câmara foi seriedade, honestidade, verdade e rigor, e como tal, ainda acredita que ele levará o seu mandato até ao fim. -----

Depois, referiu-se às placas que anunciam as obras e às máquinas que estrategicamente, foram colocadas em certos locais para abrir estradas, que começaram a ser feitas antes da campanha eleitoral, e que algumas continuam paradas, a exemplo, da propaganda do PPD/PSD. -----

Também, reconhece que aquela Câmara está a dar mais apoios sociais do que o Executivo do PPD/PSD, mas os programas têm que ser revistos, tal como está a acontecer com o Programa da Natalidade, porque entende que muitos daqueles programas beneficiam algumas vezes quem não precisa e às vezes aqueles que mais precisam têm dificuldades em aceder aos mesmos, porque os regulamentos dificultam essa acessibilidade. -----

Sobre a verba de quatrocentos mil euros, para as Bolsas de Estudo, tem dúvidas se chegará para todos os estudantes, como foi anunciado, porque ouviu comentários de que a verba a ser atribuída por estudante, rondaria os mil euros, o que no momento, nem para a Freguesia de Santo António chegaria. -----

Também, defende que a Empresa FrenteMarFunchal tenha de encerrar, porque é uma empresa que não dá proveito e só dá prejuízos. -----

Sobre tudo o que expôs, concluiu que aquele Orçamento, apesar de contemplar certas

Jun 26
[Handwritten signature]

áreas e de ter respeitado, e bem, a opinião dos Partidos ali presentes, fica um pouco aquém das propostas que todos ali apresentaram, contudo, enquanto deputado municipal, continuará a defender as pessoas e as obras que lhes foram prometidas. -----

--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD, afirmou o seguinte: "Ao longo da discussão deste ponto, ouvimos duas narrativas distintas a propósito deste orçamento. Do lado da maioria, este é o melhor Orçamento do mundo. É social, é honesto e das pessoas. Para a maioria, este Orçamento é o Céu na Terra para a Cidade do Funchal, mas, Senhor Presidente as pessoas têm memória, os Deputados desta bancada não se esquecem daquilo que V. Exa prometeu... -----

Este é o Orçamento de quem prometeu estabelecer pontes de entendimento com os partidos da oposição, mas que na hora da verdade escolheu cirurgicamente a quem entregar essa benesse. -----

Este é o Orçamento de quem prometeu pagar as propinas a todos os estudantes do Funchal, e quando chegar a hora de honrar a sua palavra, não sabe quanto vai custar essa promessa, não sabe a quem vai chegar esse apoio e, mais grave, em 2018, não vai pagar um euro do que prometeu. -----

Este é o Orçamento de quem fala em transparência, mas a aquisição de serviços, sob a rubrica *Outros*, aumenta 40%, 4 milhões de euros. -----

Este é o Orçamento daqueles que anunciaram mais dinheiro para as freguesias do Funchal. Os mesmos que em 2014 reduziram essas mesmas transferências em 20%, para que no último ano de mandato pudessem anunciar um aumento que, na verdade, não era mais do que a reposição do que tinha sido tirado. -----

Este é o Orçamento e quem prometeu investir nas zonas altas do Funchal, mas que se esqueceu delas no dia a seguir a ganhar as eleições. -----

Este é o Orçamento de quem prometeu um milagre de investimento para a Cidade nos

primeiros 100 dias de governação. E afinal os 100 dias já lá foram e ainda nem o seu Orçamento conseguiu aprovar. -----

Senhor Presidente – já o disse na minha intervenção inicial – este orçamento é uma oportunidade perdida para a Cidade. -----

Só pode ser uma oportunidade perdida que o maior Orçamento de sempre desta Câmara não represente o maior investimento de sempre na Cidade. -----

E essa desculpa que V. Exas continuam a usar... o passado! -----

Argumentos do passado: pensar a Cidade para as gerações futuras / temos arrumado a casa / preparado o Funchal para uma nova era. -----

Mas sempre que é confrontado com alguma crítica, V. Exa foge, corre assutado para aquele que é o seu porto seguro – a governação do PSD da Cidade do Funchal. -----

Essa necessidade constante de falar do passado é, em primeiro lugar, o reconhecimento da incapacidade do seu Executivo para governar a Cidade... -----

Portanto, cada vez que falar no passado, cada vez que falar da governação do PSD, lembre-se que está a assumir a sua incapacidade de fazer melhor... -----

Este é o Orçamento de um Presidente em *part-time*. De quem, à primeira oportunidade, colocou a sua carreira política à frente do compromisso que assumiu com os funchalenses. Senhor Presidente, Senhores Deputados, disse-o na primeira sessão desta Assembleia, não contem connosco para passar um cheque em branco a esta Vereação. Não contem connosco para remediar o que V. Exas não conseguem resolver. -----

Este não é o Orçamento do PSD. Este não é o Orçamento de que o Funchal precisa. E por isso, em coerência com as propostas que apresentámos à Câmara e à Cidade, a devolução de IRS / as propinas pagas este ano / a extinção da DERRAMA, por essas ausências... Este Orçamento merece a nossa clara reprovação. -----

E ao contrário de V. Exas, o PSD não se esconde do debate, nós assumimos a nossa



posição, nós damos a cara pelo nosso voto! Um voto a favor da Cidade e contra este Orçamento!" -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD,** interpelou a Mesa, para dizer o seguinte: "Eu entendo que durante as intervenções haja um certo diálogo entre as bancadas, percebo que as Assembleias que são públicas, tenham público e o que venho pedir exatamente, é que se possível dentro das nossas possibilidades, tenham em atenção o burburinho que vem do fundo da sala para a bancada. Porque, durante toda a sessão, em especial nas intervenções que não eram de suporte ao executivo camarário, houve risada, reparos e comentários, alguns deles impróprios, como por exemplo, durante a intervenção do Senhor Deputado João Paulo Marques, do PPD/PSD, pedi que terminassem o burburinho e a resposta educadíssima e refinada foi: *cala-te sua tonta.* -----

Porque a Assembleia é feita de dignidade, começando e terminando ali atrás, e percebo que as pessoas não são estáticas, tenham em atenção o tipo de linguagem e o volume que usam, para transmitir os seus reparos e as suas opiniões e quando chamados à atenção, peço por favor, que nunca, *cala-te sua tonta*, no mínimo, não digam nada." -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a pedir para o público não se manifestar, como já o tinha feito anteriormente, e que, embora não duvidasse das palavras da Senhora Deputada, à Mesa não chega qualquer burburinho. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** após a apresentação daquele Orçamento, concluiu que a Cidade do Funchal sairá a ganhar e, por ter tido a contribuição de todos os Partidos, não consegue perceber algumas das intervenções ali alegadas, como tal, felicitou o Senhor Presidente da Câmara. Contudo, quis realçar alguns pontos que não contempla aquele Orçamento: -----

- A recusa do PPD/PSD em devolver os cinco milhões de euros de IRS, ao concelho do

Funchal. -----

- O não pagamento de seis milhões e seiscentos mil euros da iluminação pública da Madeira, que a Empresa de Eletricidade deve à Câmara Municipal do Funchal, por uma resolução aprovada pelo Governo do PPD/PSD em dois mil e dezasseis. -----

- A falta de Contratos-programa, com os Concelhos que não são sustidos pelo PPD/ PSD. Realçou, também, que aquele Orçamento aprova um aumento de cinquenta por cento para as famílias, aumenta as atividades socioculturais e diminui a dívida para cinquenta e um milhões de euros, sendo aquela das dividas mais baixas do concelho do Funchal e que, como se pode verificar nas Grandes Opções do Plano, o investimento para o ano de dois mil e dezoito é quase todo feito nas Zonas Altas. -----

Como tal, considera que aquele Orçamento deve ser aprovado por toda a Assembleia e não só pela Coligação Confiança. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** fez uma interpelação à mesa para que, uma vez que o Executivo já não usufrui de tempo para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, permita que a Coligação Confiança, a exemplo de outras Assembleias Municipais daquela Casa, lhes ceda os seus dezasseis minutos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** respondeu que regimentalmente isso não é possível. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** objetou, pedindo que o Senhor Presidente da Assembleia referisse o artigo que impossibilita essa pretensão. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** fez notar que a Mesa não é responsável pelo tempo que cada entidade gasta, e o que está em causa é que a Vereação gastou o seu tempo, como os outros Deputados têm gasto o seu e já não podem falar. -----

28
[Handwritten signature]

Porém, se o Senhor Deputado Sérgio Abreu quer apresentar à Mesa um requerimento, que o apresente em alto e bom som, para ser posto à votação, com o compromisso de o fazer, depois, por escrito. -----

Após a anuência do **Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, do GMC**, ao proposto pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, aquele requerimento oral, foi colocado à **votação**, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

Como tal, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, por sua vez, a passou ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que começou por agradecer a oportunidade de responder o seguinte: "Vou responder pela ordem com que foram levantadas as questões.

O **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** falou da Lei dos Compromissos, que era uma imposição e uma obrigatoriedade reduzir dívida que a Lei dos Compromissos e a própria Lei 73/2013 do regime financeiro trouxeram para o mundo municipal. -----

Ora, não é de todo correta a afirmação: a Lei dos Compromissos já existia desde 2012, não foi isso que inviabilizou que ficasse para trás um conjunto de dívida comercial, que nesta Casa foi objeto de acordos de pagamento no final de 2013. Portanto, a Lei dos Compromissos, apesar de ser uma Lei, não quer dizer que fosse sempre cumprida e de facto não o foi entre 2012 e 2013, por isso, tivemos 20 milhões de euros de pagamentos em atraso que foram objeto de acordos de pagamento em 2013. -----

Em relação à Lei 73/2013, nomeadamente ao regime financeiro, antes da Lei 73/2013 já existia uma Lei, chamada a Lei das Finanças Locais, que estipulava, também, um conjunto de regras, por exemplo, não se poder gastar mais do que existia em termos de dotação em cada rubrica, portanto aquilo que se passa na Lei 73/2013, é que houve uma evolução onde se agregou as entidades intermunicipais que não estavam numa Lei própria. -----

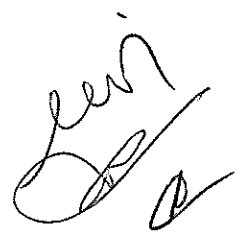
Em termos de investimento, não são superiores em redes de água e de saneamento,

porque é preciso perceber que o Quadro Comunitário anterior que terminou em 2013, tinha uma forte componente do FEDER para infraestruturização de rede de saneamento básico e rede de água potável. Acontece que essas intervenções dos 10 milhões de euros, ao abrigo desses Quadros Comunitários de Apoio, foram financiados, totalmente, pelo FEDER. Não existindo agora, do ponto de vista de infraestruturas, mantêm a mesma prioridade que tinham no Quadro anterior. É muito mais difícil conseguir financiamento nos mesmos moldes, mas isso não significa que se trave o investimento, significa sim, que temos que pedir empréstimos à banca comercial e investir com essa fonte de financiamento e foi isso, também, que fizemos com os 10 milhões de euros no ano de 2016 e que está agora em fase de conclusão. -----

Respondendo ao **Senhor Deputado Rui Tem-Tem**, que fez uma intervenção sobre algumas das rubricas das Despesas Correntes, devo-lhe dizer que os quadros que estão na análise do relatório são quadros onde algumas rubricas são colocadas todas dentro de *Outros*. Como, por exemplo, a Publicidade é uma das rubricas que estão incluídas em *Outros*, que no fim do Orçamento está exaustivamente explicado. -----

Sobre as questões sobre *Estudos, Pareceres e Projetos*, que têm 606 mil euros inscritos, o exemplo de alguns projetos que temos estado a fazer são os projetos para a consolidação de escarpas para candidatar ao POSEUR. Temos feito projetos de museu que foi recentemente aprovado, tivemos consultoria de projetos na área referida pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, nomeadamente no sistema de monitorização e minimização das perdas na rede, um trabalho feito pela RSS, em 40% da cidade e que agora vamos abranger o resto dos restantes 60%, portanto, esses 40% já se encontram concluídos. ----

Em termos de programas de computador, 785 mil euros, mais uma vez digo que isto não é novidade, nós temos no Madeira 14/20 a Loja do Município, que contempla os programas de computador, cuja candidatura foi já aprovada em 2015. E os programas de computador



são programas de gestão de multas e coimas, de gestão urbanística e desmaterialização, portanto, a Loja do Município tem um valor global de cerca de 9,9 milhões de euros e tem cerca de 800 mil euros em programas de computador e equipamento informático. -----

Em relação aos *Outros*, já tive oportunidade de referir que os *Outros* que estão aqui nestas tabelas, se forem procurar onde está a situação da Publicidade conseguirão encontrar as rubricas subdivididas, e também encontram no relatório que explica em termos de Publicidade que também temos candidaturas ao POSEUR, como por exemplo, campanhas de promoção do uso da água da torneira, campanhas de recolha seletiva, trabalhos especializados, publicação de editais e práticas de campanhas de sensibilização, portanto, caem nesta rubrica de Publicidade. -----

Em relação aos Combustíveis, todo o nosso parque de *renting* utiliza o gasóleo como combustível, nós temos um contrato que é um concurso público que também tem 60 mil euros para gasolina, mas a maior parte dos 800 mil euros que hoje em dia estão inscritos em gasóleo, é o que faz mover a esmagadora maioria da nossa frota. -----

Sobre a questão dos Fundos Comunitários, e daquilo que se tem ouvido dizer, como se fosse o Governo a dar à Câmara um favor e se quisesse dar à Câmara Fundos Comunitários, ora, o Governo quando aprova candidaturas submetidas pela Câmara ou por outra qualquer entidade ao IDR, o Governo assume-se como autoridade de gestão dos Fundos Comunitários, desde que cumpramos com o que está previsto nos avisos daquelas que são as prioridades dos indicadores que devem ser analisados, o Governo não tem como não dispor essas verbas de Fundos Comunitários a quem se candidata. -----

Portanto, dizer que os Fundos Comunitários eram um favor do Governo à Câmara Municipal do Funchal porque valida os projetos, as candidaturas, ainda com muitos anos de atraso, vamos a meio do Quadro Comunitário de Apoio e só agora é que vemos algumas das candidaturas aprovadas, o que já mereceu inclusive uma reclamação por parte desta

—

Câmara à Autoridade Nacional de Gestão dos Fundos Comunitários, o Governo não faz mais do que é o seu dever em analisar e aprovar as candidaturas a tempo e horas. -----

Senhor Deputado Roberto Vieira, não me parece que tenha visto máquinas colocadas estrategicamente na altura da campanha, não conheço nenhuma máquina que tenham sido colocadas pela Câmara Municipal do Funchal na altura da campanha. O único atraso foi no Boliquiteime, num impasse que o Governo Regional entendeu manter ao evitar cortar uma calha da cota 500, para poder dar acesso às máquinas. -----

Em relação às propostas dos partidos que foram incluídas no Orçamento, devo dizer que pelo PPD/PSD nos chegaram quatro das propostas. Três que não teriam reflexos na receita, não puderam ser acolhidas, porque acima de tudo temos de ter um Orçamento responsável e não ir ao sabor das demagogias, nomeadamente, devolver mais IRS, quando temos um saldo orçamental de 4,6 milhões de euros, o que significa que se devolvêssemos o IRS passaríamos para um saldo da poupança corrente negativa, o que obrigaria a termos um orçamento desequilibrado e não poderia ser aprovado. -----

Em relação ao PTP, foi incluída a proposta do Serviço Municipal de Aconselhamento Jurídico. -----

O CDS-PP já aqui manifestou as suas propostas que foram incluídas. -----

Em relação ao PCP/PEV- CDU, há um conjunto de obras para as quais neste momento estão a ser feitos projetos para poderem ser lançadas. Em termos de acessibilidades nas Zonas Altas, temos quatro obras que estão em fase de lançamento, existem outras onze que estão neste momento em fase de levantamento topográfico para poderem ser lançadas, e o respetivo financiamento ser contratualizado. -----

Ao **Senhor Deputado João Paulo Marques**, as Bolsas de Estudo estão concluídas no Orçamento e Plano de Atividades Municipais, e serão objeto de regulamentação. -----

Não foi no último mandato que aumentámos as verbas para as Juntas, foi no ano de 2016,

30
M. 30
A

e quando diz que este Orçamento poderia ser melhor em termos de investimento, de facto poderia, poderíamos ter mais investimento e aconselho a mover o seu magistério de influência para que isso possa acontecer por parte do Governo Regional, essa fonte de financiamento que hoje em dia está esgotada. Pelos vistos, só há para medidas avulsas e contratos-programa com outros concelhos.” -----

--- Colocado à votação o **Ponto Dois - Proposta de Orçamento - 2018**, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09, foi **aprovado por maioria**, com vinte e três votos a favor sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP e dezanove votos contra, sendo dezassete votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, declarou o seguinte. “Apenas para evitar, conforme aconteceu em anos anteriores, situações mais dúbias em relação àquilo que foi o posicionamento do PCP/PEV-CDU, e para lembrar que nós viabilizámos os Orçamentos anteriores apresentados nesta Casa, na base de um pressuposto que as propostas que tinham sido apresentadas por nós, quer em 2016, quer em 2017, estariam já com obras no terreno, o que nós verificamos em relação à proposta no Orçamento que é apresentado para 2018, é que todas elas têm verbas residuais e sendo os nossos compromissos com as pessoas, essas obras já deviam ter sido colocadas no terreno, e não agora, independentemente, das justificações que queiram arranjar. -----

Também, não é por terem propostas com verbas residuais neste Orçamento que nos irão amarrar a ele, dizendo que por haver propostas do PCP/PEV-CDU neste Orçamento, agora nós temos de viabilizá-lo, conforme fizemos no passado de 2016 e de 2017.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMC, felicitou

—
a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente Paulo Cafôfo, porque desde os três mandatos que ali está, aquele é o Orçamento mais social que já viu ser aprovado. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, afirmou que apesar da pesada herança que aquele Executivo recebeu, a aprovação daquele Orçamento equilibrado e de saneamento financeiro traz mais verbas para o Apoio Social, para a Cultura e para o Desenvolvimento da cidade do Funchal, que todos ambicionam que tenha melhor qualidade de vida. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, expressou que o PTP nunca poderia apoiar um documento que vê dez por cento de trabalho do Executivo e noventa por cento de propaganda, porque é isso que tem regido aquela Vereação. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP, declarou que o CDS-PP respeita a democracia. E irá esforçar-se para que, no ano letivo de dois mil e dezoito / dois mil e dezanove, tenham um Regulamento próprio para aprovar o subsídio para pagamento das Creches, que irá abranger as duas mil crianças do concelho do Funchal, fazendo com que esses pais e essas crianças tenham usufruto de uma melhor qualidade de vida. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra, que dela prescindiu, ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto três - Opções do Plano - 2018**, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09. -----

--- Nesta ocasião o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira**, voltou para a Mesa onde exerce as funções de Segundo Secretário. -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,

31
[Handwritten signature]

colocou os seguintes pedidos de esclarecimento: -----

- Dos três vírgula cinco milhões de euros para o saneamento básico, quanto é que está orçamentado para a ETAR? -----

- Em relação às águas, um vírgula oito milhões de euros, uma vez que estão de costas voltadas com a ARM, é para a EPAL dar formação? -----

- Se há dotação financeira para o projeto de dois ponto cinco do POSEUR. -----

- Se as infraestruturas de dez milhões de euros da anterior empresa, vão ser aproveitadas acabando o litígio existente? -----

- Em relação ao plano dos dez milhões de euros, qual é o plano a curto prazo que estabeleceram para a perda das águas? -----

- Em relação ao Senhor Presidente, é óbvio que tem a legitimidade para fazer a sua opção política, contudo, isso é uma questão muito grave e problemática da Cidade. Por isso, gostaria que dissesse, concretamente, se irá resolver aquela situação antes de abandonar o Executivo. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, do PPD/PSD, questionou se já foi negociada com o Governo Regional a verba para o alargamento do Calhau e o alargamento do Caminho da Cova, na Freguesia de São Roque, que se encontram no Contrato-programa definido com o Governo Regional, uma vez que na altura da campanha eleitoral foi prometida à população a respetiva obra. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlinda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, formulou as seguintes questões: -----

- Se estão contidas em linha de conta, as preocupações de quem utilizou o Complexo Balnear do Lido no verão passado. -----

- Se estão garantidas intervenções na zona dos Moínhos e na zona de São João, porque carecem de graves problemas na sua envolvência. -----

- Se em relação à questão do PDM, estão consideradas verbas para levantamento a definir, e limitação das zonas não legalizadas, acompanhando essas medidas com dotação orçamental adequada, para desenvolvimento de projetos e estudos que permitam aos munícipes, que não têm a sua situação habitacional legalizada, poderem avançar essa legalização. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, disse que acerca daquele Plano não pode deixar de frisar a grande preocupação do PTP, sobre o carácter populista e o mediatismo político da governação da Coligação Confiança, que governa para curto prazo e não aplica medidas fulcrais e fundamentais para o futuro do Funchal. -----

Veem, também, que aquela Câmara se quer substituir ao papel do Estado, porque, embora todos considerem e relevem a importância de apostar na área social e no apoio ao ensino superior, essa não é uma competência da Autarquia. O que é competência e prioridade da Autarquia, é a construção de uma ETAR, mas como não dá votos, não é levada em consideração, nem tomada como prioritária. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Mota Sousa e Freitas, do PPD/PSD**, fez as seguintes questões em relação à Reabilitação Urbana: "Em ambas as candidaturas do Senhor Presidente Paulo Cafôfo, para a cidade do Funchal, em 2013 e 2017, a reabilitação urbana foi uma bandeira, uma das prioridades do edil e deste executivo. -----

Em dezembro de 2014, foi definida uma área de reabilitação urbana, a ARU, com o objetivo de reabilitar o centro Histórico do Funchal e reter a sua degradação, promovendo regeneração e reabilitação do património. -----

É por essa razão que quero chamar aqui a atenção para uma obra que está a decorrer na zona velha, no centro da área classificada, com uma retroescavadora em pleno centro histórico do Funchal. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento

32
M. J. Soares

desta obra. Trata-se de uma obra camarária? Existe um parecer da DRC? E se sim, se a mesma está a ser acompanhada? -----

Em relação ainda à Reabilitação Urbana, tendo em conta que em 2015 foi apresentada uma proposta que era para ter início no ano seguinte, no âmbito do programa Amianto zero, em que era suposto demolir setenta e uma habitações em bairros sociais e construir novas habitações, e que dois anos depois o Senhor Presidente Paulo Cafôfo, na sua apresentação de resultados que a autarquia tinha feito de requalificação em habitações nos vários bairros do Funchal, anunciou o próximo grande projeto o Amianto Zero, que envolvia a construção de sessenta e seis habitações novas em vários bairros sociais, a minha pergunta é se já foi alguma habitação com amianto demolida? E se já foi alguma habitação para realojamento terminada? -----

Porque o fundamental é que estes mesmos projetos se executem, que se realizem, que beneficiem as pessoas e que valorizem o Funchal." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, do PPD/PSD**, antes do seu pedido de esclarecimento, disse não perceber o porquê de o Senhor Vereador João Pedro Vieira se referir a ter crescido num bairro social, porque crescer num bairro social é o mesmo que crescer num outro sítio qualquer. -----

Depois, por o Senhor Presidente da Câmara, ter dito que é preciso melhorar a cidade, questionou-o sobre o que é que andaram a fazer nos últimos quatro anos. -----

A par disso, também, gostaria de saber onde é que estão os quinze milhões de euros anunciados para as Zonas Altas, e quais são as obras que estão de facto previstas; e se, até ao final do mandato, os Contratos-programa que tanto querem estabelecer com o Governo Regional poderão vir a ser uma desculpa para a falta de investimento-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD**, fez os seguintes pedidos de esclarecimento: -----

“- **Sobre a Polícia Municipal:** qual é o ponto de situação? Para quando o contrato-programa com o Ministério da Administração Interna? E quais serão os custos previstos para aquele financiamento? -----

- **Sobre a formação os Bombeiros Municipais:** em termos de logística, não seria mais económico os formadores virem à Madeira? -----

- **Sobre a Proteção Civil,** atentou que não encontrou no *site* da Câmara Municipal do Funchal, um Plano Municipal de Emergência.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** começou por saudar os Deputados Municipais do PPD/PSD, porque, segundo as suas intervenções, já aceitaram que o Presidente Paulo Cafôfo, em dois mil e dezanove, sairá da Câmara para ser eleito Presidente do Governo Regional da Madeira. -----

Em relação às perdas de água do concelho do Funchal, recordou que durante os trinta e sete anos de governo do PPD/PSD, este nada fez para resolver aquele problema. -----

Por último, perguntou à Câmara, para quando a conclusão dos Blocos dos Viveiros e da Quinta Falcão. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC,** proferiu o seguinte: “A minha intervenção tem o intuito de alguma forma responder e ao mesmo tempo perguntar à Senhora Deputada Ana Luísa Freitas, relativamente às questões colocadas, no que respeita à habitação social e àquilo que a Câmara tem feito, nomeadamente no âmbito do programa Amianto Zero e outras construções. -----

No que diz respeito à habitação social, tanto quanto sei, todos os nossos projetos já estão em fase de construção, o que significa que não estão apenas em papel, como é o caso de, e passo a citar o anúncio que foi feito em 2016, *para construção de 30 fogos em São Gonçalo, pelo Governo Regional, para realojar as vítimas dos incêndios.* -----

Esta notícia foi veiculada pela *Lusa*, com toda a pompa e circunstância, dizendo que mesmo



à revelia daquilo que era o financiamento do Estado Central, que não chegava, o Governo Regional avançaria com estes trinta fogos. -----

Ora, essa promessa, voltou a ser renovada em maio de 2017 por um Deputado da Assembleia Legislativa Regional, que também faz parte desta Casa, o Deputado João Paulo Marques, que em maio de 2017, voltou a anunciar a construção desses trinta fogos em São Gonçalo, dos quais ainda não temos mais nenhuma notícia. -----

E cito, também o senhor Deputado João Paulo Marques, com uma ligeira alteração, *infelizmente apenas a CMF tem trabalho para mostrar ao Funchal.* -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra aos Senhores Vereadores Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira, para esclarecerem os intervenientes. -----

--- O **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** enunciou o seguinte. "Em relação às questões aqui colocadas, devo dizer que no passado, esta Sessão da Assembleia Municipal justifica um pouco também aquilo que foi a intervenção inicial para saber o regimento que entrou em vigor para discutir o Orçamento, porque sem ser discutido Orçamento e Plano em conjunto e depois votado separadamente, é a primeira vez que eu assisto a um desdobramento das questões. Mas, estamos cá para resolver e responder, se bem que aprovado o Orçamento não fará muito sentido estarmos a discutir separadamente o Plano. -----

Respondendo ao **Senhor Deputado Alexandre Silva**, sobre a questão de águas residuais, potáveis, investimentos, perdas de água, matéria que, também, intercetou um pedido de esclarecimento feito pela **Senhora Deputada Raquel Coelho**, que foi a ETAR do Funchal, explicou que a ETAR do Funchal é, infelizmente, uma novela que já se arrasta desde 1993, quando a diretiva comunitária de águas residuais foi incumprida pela Madeira. Entre 1993 e 2015, o que se fez sobre esta matéria foi praticamente nada, porque não dava votos, tal

como diz a Senhora Deputada Raquel Coelho. -----

Então, em 2015 começou-se a fazer um projeto, porque quem esteve cá antes não se preocupou com a ETAR e tão pouco com o estado das águas marítimas, insistindo inclusive, por parecer de um Vereador do Ambiente, a dizer que já estava assim há 20 anos, para quê que se ia mexer nisto. -----

Ora, foi este Executivo que adjudicou um regulamento e um projeto que em dezembro de 2015, foi submetido a uma candidatura de 12 milhões de euros. -----

O projeto inicial estava previsto para a zona do Almirante Reis, numa expansão daquilo que seria a atual ETAR do Funchal. Expansão para tratamento primário, dando cumprimento à diretiva que a União Europeia, inicialmente exigia: um tratamento secundário. Mas como as águas do litoral sul foram consideradas águas menos sensíveis, pudemos argumentar que seria só necessário um tratamento primário e isso foi dado como suficiente para garantir uma diretiva 22 anos depois. -----

Portanto, fizemos esse projeto, foi submetido e candidatado e demorou sensivelmente um ano para a Autoridade de Gestão nos aprovar a candidatura, foi necessário inclusive, uma reclamação junto da entidade de Gestão Nacional, passámos por três diferentes Presidentes do IDR, e finalmente foi aprovada. -----

Entretanto, em sede de estudo de impacto ambiental, foram levantadas várias questões sobre a localização da ETAR no Almirante Reis, sendo afirmado pela Senhora Secretária do Ambiente, que *dado todas as contingências de localização da ETAR no Almirante Reis, o local mais apropriado seria no vale do Lazareto.* -----

Posteriormente, também, em análise da Carta do Plano de Riscos Regional, recebemos um parecer negativo por parte da então Secretaria que tutelava a Proteção Civil Regional, para a implantação da ETAR no Almirante Reis, zona de cheias, o que significa que pode haver reabilitação ao edificado atual não podendo existir ampliações, o que tudo indica que o local

34
[Handwritten signature]

consensual seria no Lazareto. -----

Portanto, é isso que estamos a fazer, o Governo assumiu o Lazareto como uma boa localização para a ETAR, assumiu que pagaria o diferencial dos 12 milhões de euros e estamos neste momento a trabalhar na reformulação do projeto da ETAR para a implantar, estando neste momento em fase de estudo do impacto ambiental, por parte da Autarquia. Logo, a ETAR está a ser feita e estão incluídos neste Orçamento 12 milhões de euros, que temos aprovados, e o compromisso da Senhora Secretária Regional, de assumir os encargos com a deslocalização da ETAR. -----

Três milhões e cem mil euros é a primeira fase da ETAR, que neste momento, ainda está em fase de projeto. Esta fase é toda a intervenção que contempla uma estação elevatória nos Socorridos, a atualização de duas estações elevatórias para poderem ser reversíveis a estação do Arieiro e a estação das Quebradas, os trabalhos submarinos no executor difusor que fica no Lazareto, e ainda a reabilitação do edifício existente no Almirante Reis. Como tal, este é um assunto que não está parado, temos feito em três anos mais do que foi feito nos últimos vinte anos pelo Executivo anterior. -----

Em relação à EPAL, não percebo o que é que tem a ver a EPAL com a ARM, as intervenções que neste momento estamos a fazer, são intervenções na rede municipal do Funchal, são intervenções que foram candidatas e que esperamos ver aprovadas e que neste momento estão em fase de esclarecimentos. -----

Dos dez milhões infraestruturados em litígio, também confesso que não percebi, a não ser que esteja a referir-se ao litígio de uma rede de rega, e que sempre foi dito à Câmara que a ARM não teria água disponível para colocar naquela rede, quer o anterior Presidente da então IGA, quer a atual Presidente da ARM, mantêm a mesma posição que é, temos a rede, temos o ativo, no entanto não nos fornecem água de rega para poder vender naquela zona ocidental da Cidade. -----

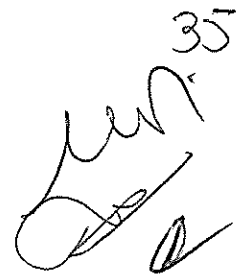
Em termos daquilo que acabou por apodar como vergonhoso, os 60%, quando no Continente são 30%, eu pergunto-lhe como é que chamaria os 65% de perdas que existiam no ano 2000, por exemplo, e mesmo depois deste investimento de 10 milhões de euros não se consegue baixar. -----

Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Pedro Gomes, sobre os contratos-programa e as duas outras questões relativas ao Caminho do Calhau e ao Caminho da Cova, sobre a negociação com o Governo Regional. Eu não sei a que negociação se refere, nós propusemos um conjunto de dez obras, como no ano passado propusemos outras, entre as quais o Centro Cívico do Imaculado, e a resposta que obtivemos foi zero, portanto, não há qualquer financiamento do Governo Regional para contratos-programa. Mas, esteja descansado que essas duas obras, a exemplo do Centro Cívico do Imaculado, que já está neste momento a ser construído, vão avançar e como saberá estamos neste momento a fazer os acordos com os proprietários para a cedência de terrenos, e havendo dois que não aceitam, vamos encetar processos de expropriação, e as obras vão para a frente, seja com financiamento municipal, ou seja com recurso a financiamento contratado na banca comercial. Portanto, pode descansar os seus Fregueses porque foi palavra dada e será certamente honrada. -----

Em relação aos bairros e à habitação social, a verdade é que apesar de toda a discussão e dialética política, na realidade os bairros já estão no terreno, e a serem edificados, pois é algo bem visível e tangível que podem comprovar." -----

--- **O Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira,** sobre as Bolsas de Estudo, esclareceu que os quatrocentos mil euros, são suficientes para pagarem, nos termos em que vierem a ser definidos no regulamento, as mensalidades entre outubro e dezembro relativamente ao ano civil de dois mil e dezoito. -----

Relativamente às questões do **Grupo Municipal do CDS-PP,** relativamente aos Parques

35


Infantis, esclareceu que tem sido feito um levantamento de todas as instalações desportivas e de lazer, que são propriedade e responsabilidade do Município do Funchal, e todos os investimentos que serão necessários para proteger os seus utilizadores e para dar-lhes melhores condições, serão feitos certamente no decorrer do corrente ano e daquele mandato, nomeadamente no Parque de Santa Catarina. -----

À **Senhora Deputada Vera Coelho**, garantiu que não tem nenhum estigma relativamente aos bairros sociais, apenas estava a tentar transmitir a mensagem, mas provavelmente não conseguiu fazê-lo, pois para si, todas as pessoas valem o mesmo, independentemente de crescerem num bairro social ou num condomínio privado, terem a quarta classe, o décimo segundo ano ou serem doutoradas. -----

Sobre a questão da Polícia Municipal, colocada pelo **Senhor Deputado Carlos André Alves**, embora o Senhor Presidente da Câmara já tenha respondido a essa questão em sessões anteriores, repetiu que no momento, o que existe é um relatório preliminar que foi devolvido a quem o executou e aguardam o seu reenvio, para depois discutirem os termos em que a Polícia Municipal será implementada no Funchal. -----

Porém, quis deixar claro "que a Polícia Municipal não é para perseguir os Municípes, nem os comerciantes, nem para multar. A necessidade dessa Polícia, provém dos problemas que existem no âmbito da Fiscalização Municipal do Ambiente, da Fiscalização Municipal de Obras e da Fiscalização Municipal, como acontece em outros Municípios do País." -----

Sobre a questão da formação dos **Bombeiros Municipais**, também esclareceu que começou há duas semanas uma formação a ser dada no Continente, em articulação com a Escola de Bombeiros Sapadores, porque por insuficiência de recursos humanos e técnicos devidamente qualificados, foi necessário recorrer ao Continente e esses recursos também não têm disponibilidade de se deslocarem à Região Autónoma da Madeira, porque na Escola de Sapadores, no momento, encontram-se, não só, os Bombeiros Municipais do

Funchal, como os Bombeiros de todo o País, a receber outro tipo de formações. -----
Depois, no Funchal, também terão formação, de acordo com aquelas que são as competências, não só do serviço de Bombeiros, mas também do Serviço de Proteção Civil Regional e Municipal, seguido de estágio na Madeira, a partir de julho. Esta formação será para todos os Bombeiros Municipais, o que lhes permitirá, não só, adquirirem maiores competências, como também progredir nas suas carreiras, com a abertura da Mobilidade prevista na Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito. -----
Também, já foi publicado no *Diário da República* a admissão dos vinte e quatro Bombeiros Municipais, e que, também, iniciarão a sua formação. -----
Em relação ao **Plano Municipal de Emergência**, por se encontrar desatualizado, em função do trabalho que foi feito na preparação do PDM, foi preparada simultaneamente uma revisão do Plano Municipal de Emergência. -----
Mas, por existirem divergências entre a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, sobre as competências que têm no âmbito do Plano Municipal de Emergência, o mesmo encontra-se a aguardar pelo entendimento e parecer dessas entidades. -----
Concluiu, mostrando-se surpreendido com o sentido de voto contra, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Pedro Gomes, "ele que exige mais competências, nomeadamente competências para limpeza de terrenos, porque entende que, eventualmente, as Juntas de Freguesia estão em condições de fazê-lo melhor do que a Câmara, aquele Orçamento dá mais verbas, o que lhe permitiria, por exemplo, assumir essas competências. " -----
--- O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD, começou por dizer que estão todos numa posição delicada, porque aquele Orçamento e aquelas Grandes Opções do Plano não são do atual Presidente da Câmara porque, naquele momento, aquele é um Presidente precário. Porquanto, não vai estar

—
—



preocupado com os problemas da Cidade, mas sim com aquilo que são os assuntos para os quais agora mostrou disponibilidade, a sua candidatura às Eleições Legislativas Regionais de dois mil e dezanove. -----

Embora, tenha prometido antes e durante a campanha eleitoral que ia cumprir o mandato até ao fim, rasgou o seu compromisso com a Cidade do Funchal, deixando-o ferido de legitimidade, o que influencia a sua autoridade dentro daquela Casa. -----

Conquanto as suas ambições políticas sejam legítimas, a partir do momento que ficou provado que o Presidente da Câmara mentiu aos funchalenses, perdeu a credibilidade, a coerência e a integridade, que tantas vezes propagou. -----

Como tal, dedique-se ao seu novo projeto, e deixe que o Funchal eleja um executivo camarário centrado naquilo que é importante para a cidade, independentemente de quem quer que seja, e não deixe que, no limite, as pessoas do Funchal percebam que há a possibilidade de os recursos camarário serem levados para outras coisas, que não são os objetivos da cidade do Funchal. -----

Terminou, dizendo que assim como o PPD/PSD votou contra o Orçamento, também, irá votar contra aquelas Opções do Plano, porque são um logro, uma farsa e uma tentativa de fraude política. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC, pediu ao Senhor Deputado Bruno Macedo que esclareça, se quando a Dra. Rubina Leal se candidatou à Presidência da Câmara Municipal do Funchal não deixou um compromisso para com todos os madeirenses, que contavam com a sua presença à frente da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, deixando processos pendentes à conta das mudanças de cadeira consequentes. -----

E se a possível candidatura do Dr. Paulo Cafôfo à Presidência do Governo Regional, não é uma continuidade desse compromisso para com os Funchalenses e alargado a todos os

residentes na Região Autónoma da Madeira. -----

Finalizou, questionando sobre o que é que aquele entreviu sobre aquele ponto das Grandes Opções do Plano, porque não percebeu. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD, esclareceu que falou sobre uma coisa concreta, que é a legitimidade e a autoridade que o Presidente da Câmara tem, ou não, no momento, para assumir ou continuar o seu mandato, enquanto a Senhora Deputada Marta Freitas confunde nomeados com eleitos. -----

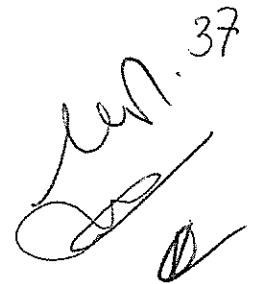
Por isso, a pergunta que a Senhora Deputada Marta Freitas tem de fazer a si própria, é: *será que o meu Presidente da Câmara, continua a ter a legitimidade e autoridade necessária para exercer as suas funções?* -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, esclareceu que ninguém da oposição é contra a ambição ou as projeções políticas de qualquer membro daquela Casa, contudo, a quebra de confiança do Senhor Presidente Paulo Cafôfo, é que ali está a ser legitimamente aflorada. -----

Tomando novamente o assunto que diz respeito à ETAR, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, respondeu-lhe, e com razão, que aquela questão é muito anterior à governação da Coligação Mudança / Confiança, e que o PPD/PSD nunca fez nada, mas, lembrou-lhe que, também, já estão no segundo mandato e nada foi resolvido. -----

Portanto, o que descortinam é que o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, não veio combater coisa nenhuma, mas sim juntar-se a quem o vai pôr na cadeira de Presidente do Governo Regional, porque já percebeu que é isso que é necessário para chegar ao poder. Contudo, o PTP, isso irá combater, com toda a veemência naquela Casa, porque não foi para isso que em dois mil e treze, se uniu na Coligação Mudança. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do

37


—
GMC, disse que devido à intervenção extemporânea do Senhor Deputado Bruno Macedo, vê-se forçado, também, a intervir, começando com o adágio popular, *fala o roto do esfarrapado*, porque o Senhor Deputado Bruno Macedo, apregoou a intenção demonstrada pelo Presidente da Câmara de assumir outras funções políticas na Região, mas, em dois mil e dezassete, um Vereador eleito pelo PPD/PSD, Senhor Eng. Amílcar Gonçalves, rasgou à partida o seu compromisso assumido com os funchalenses, porque renunciou ao mandato sem sequer ter tomado posse para assumir um cargo no Governo Regional da Madeira. -----

Por isso, questionou, também, os quatro Vereadores do PPD/PSD, se, excluindo razões imprevistas e por isso inevitáveis, conseguem garantir que vão cumprir o mandato até ao fim. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia**, por já terem sido ultrapassadas as dezoito horas, pôs à consideração da Assembleia, se nos termos do nº 2 do artigo 33º do Regimento da Assembleia, concordam que a Assembleia se prolongue até à votação do ponto em discussão. -----

Tendo a anuência dos Deputados presentes, deu continuidade aos trabalhos, dando a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC**, que afirmou que não pretendia fazer mais nenhuma intervenção, mas perante o que ouvira na última hora, ao ler a convocatória, cujo Ponto Três diz, apreciar e votar as Opções do Plano de 2018, "pergunta para que serve uma convocatória com os pontos escritos. -----

Esta Assembleia permitiu que durante uma hora se falasse de tudo menos das Opções do Plano, ou seja, no futuro o Senhor Presidente não terá qualquer poder para pedir a qualquer deputado (a) que se cinja ao ponto que está na ordem de trabalhos, porque durante uma hora se falou sobre assuntos que nada têm a ver com as Grandes Opções do Plano, para mim foi uma perda de tempo, porque me parece que não tenhamos ganho alguma coisa

com isto, mostra apenas o medo e o receio que o PSD tem, já provou a derrota por várias vezes, sabe que vai continuar a provar a derrota por várias vezes, daí a necessidade de fazer estas intervenções completamente extemporâneas e fora de contexto.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos, esclareceu o Senhor Deputado Duarte Caldeira que os intervenientes são livres das suas intervenções políticas e dos seus pedidos de esclarecimento. -----

Depois, o Senhor Presidente da Câmara disse: “tenho estado a assistir a todo este diálogo e debate que, como disse o Senhor Deputado Duarte Caldeira não tem absolutamente nada a ver com as Grandes Opções do Plano, tem a ver com opções de intervenção que são completamente desviantes daquilo que é o assunto das Opções do Plano. -----

Mas, por ter sido referenciado por diversas vezes, tenho o dever de responder tanto ao Senhor Deputado Bruno Macedo e à Senhora Deputada Raquel Coelho, que aquilo que é feito neste executivo não é só feito por mim, é feito por uma equipa de gente competente e com colaboradores que são leais e dedicados, e, portanto, eu nunca assumi a função de herói e muito menos de Messias, nem é agora que vou fazê-lo. -----

Mas, tenho de dizer que, quando se diz que eu juntei-me a eles, Senhora Deputada, eu não me juntei a eles, quem me parece que se juntou a eles (PSD), foi a Senhora deputada, porque as vezes que a ouço a elogiar o PSD e as vezes que eu ouço o PSD a aplaudi-la, eu nunca esperei ver isto. -----

Quero, também, dizer que o Senhor Deputado João Paulo Marques, na condição de mensageiro para o Senhor deputado Bruno Macedo, agradeço muito os conselhos que o Senhor Deputado Bruno Macedo me deu e aos camaradas do grupo da Confiança, e ele falou realmente com entoação só faltou um violino para acompanhar o que o Senhor deputado Bruno Macedo me quis transmitir, mas eu quero dizer que há uma discordância,

38
Luis

—
porque a minha posição não é ingrata, eu estou numa posição grata e tenho muita honra da função que tenho, daquilo que faço e continuarei com certeza com todo o gosto a servir as pessoas, porque que me dá prazer e aquilo que posso fazer pelos outros é o que me move em termos de carreira política, tenho a carreira de professor por isso não dependo de ninguém quando efetivamente acharem que já não sou preciso na função de servir as pessoas, sejam quais forem as pessoas. -----

Mas eu compreendo que o Senhor deputado Bruno Macedo me pediu cabeça, mas eu estou solidário porque também lhe pediram cabeça, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres pediu cabeça do Senhor deputado Bruno Macedo, portanto percebo que agora nesta questão de cabeças tente também pedir a de outros, por isso neste patamar estamos em igualdade. -----

—
Mas eu quero dizer que não estou ferido de legitimidade, eu fui legitimado por votação, estou legitimado para exercer as minhas funções com toda a autoridade, que me foi dada pelo Povo e não é o Senhor deputado Bruno Macedo, por maior respeito que lhe tenha, que vai questionar essa legitimidade e autoridade. -----

Aquilo que está aqui ferido de legitimidade é um poder com 40 anos, isso é que está ferido de legitimidade e serão as pessoas, já foi aqui na CMF e será também na Região, estou certo, que isso irá acontecer, e quero dizer que há aqui uma legitimidade que é o medo, quer dizer quando se fala de questões que têm a ver com o orçamento ou com as opções do plano, está legitimado o medo, que é compreensível. -----

Eu quero dizer que eu tenho uma única cara, e assumi sempre as decisões dos meus atos e olhos nos olhos, sempre o fiz na minha vida e continuarei a fazê-lo. E as responsabilidades e as decisões daquilo que faço tenho-lhe a dizer que as pessoas o que me dizem, olhos nos olhos, é por favor candidate-se ao Governo Regional porque aquela gente que lá está não consegue fazer o compromisso que tem. -----

E é por isso, Senhor Deputado João Paulo Marques, que é importante que aqui se diga que quando se fala de ambição, se calhar houve alguém que teve a ambição de ser candidata, Dra. Rubina Leal, a Presidente da CMF, e essa ambição levou a que saísse do Governo, e quando se diz que vão estar atentos áquilo que é feito nesta Câmara para usar para outros fins, se calhar a Senhora Vereadora, enquanto Senhora Secretária, utilizou o Governo para candidatar-se à CMF. -----

Como se sabe, no Regimento desta Assembleia, é o Presidente que dá a palavra aos Vereadores, e eu dou-lhe a palavra não precisa de fazer a defesa da honra. -----

E eu queria dizer que o Senhor Presidente do Governo, enquanto Presidente da Câmara em 2012, também se candidatou ao PSD, aquilo que fez aqui, também, seria um Presidente em *part-time*, porque aquilo que foi a luta que fez contra, a traição que fez ao Dr. Alberto João Jardim, aquilo que foi o discurso do Dr. Miguel Albuquerque quando decidiu candidatar-se ao Governo Regional, se calhar foi um Presidente em *part-time* e um Presidente precário. -----

Portanto, os senhores quando falam nos outros e quando atiram pedras devem olhar para os vossos telhados, e ver o que têm dentro das vossas casas e para aquilo que fizeram no passado. Portanto, a mim ninguém vai dar lições de moral eu assumirei as minhas decisões e as minhas funções com os munícipes do Funchal, e assumirei sempre essas decisões olhos nos olhos, posso-vos garantir, e é por isso que eu espero que estes debates e estes diálogos tragam temas mais produtivos para a cidade do Funchal, é para isso que nós fomos eleitos e não acredito que os funchalenses gostem disto que se passa aqui dentro, em que temos assuntos para discutir respeitantes à vida das pessoas, que mexem com a vida das pessoas, e estamos aqui com estas politiquices que não interessam a ninguém."

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, pediu a defesa da honra. "Eu quero solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que consulte as

39

Atas da Assembleia Municipal e diga qual foi a vez que eu elogiei o PSD nesta Casa. ----
Nunca fiz nenhuma intervenção nesse teor, quiçá alguma vez na Assembleia possa ter-me efetivamente congratulado com as opções que o PSD tenha feito, porque também o vou fazer quando vir V. Exa a fazer uma boa governação, a defender os funchalenses que é o seu dever. -----

E também solicito a V. Exa que desça do alto da sua opulência e que perceba que existe um conjunto de vários partidos, de várias forças políticas que não é porque o criticam que estão do lado do PSD. -----

V. Exa confunde as críticas com apoios, que estamos feitos com o PSD, porque V. Exa não assume a crítica, sugestões ou lições de moral. -----

Para terminar, V. Exa parece que quer estar a escolher entre dois partidos, ou o PSD ou o PS, mas para mim, V. Exa reduzir a política regional a estes dois partidos é dar a escolher, entre partir uma perna ou um braço, porque para mim é exatamente a mesma coisa, e nunca vou deixar de fazer as críticas que achar por bem a esta vereação e à sua governação, só pelo simples facto que vá ajudar o PSD, porque o que faltava é eu deixar de fazer o meu trabalho legítimo pelos funchalenses, sob pena de ouvir essas acusações demagógicas e desonestas.” -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, pediu uma interpelação à Mesa para registar duas coisas: -----

“Primeiro – na reunião de líderes foram feitas várias advertências / recomendações que deviam ter sido partilhadas pelos vários líderes de todos os grupos para evitar situações como as que aconteceram. Porque relembrando, que foi levantado precisamente pela senhora deputada Raquel Coelho, que não seria de permitir por parte de Sua Exa que situações como estas continuassem a acontecer, dos apartes sim senhor, porque de coisas que aconteceram durante esta tarde, são inaceitáveis, fica a recomendação. -----

Já agora, e solidária consigo, Senhor Presidente, para que na próxima conferência de líderes, fique registado em ata para de alguma vincular aquilo que é decidido lá dentro e depois o que se transporta cá para fora. Porque é muito fácil lá dentro dizer que o Senhor Presidente tem de permitir que os trabalhos decorram da melhor forma, mas depois pelos vistos chega-se cá fora e nada disso se passa. -----

Subscrevendo os alertas que aqui foram feitos de que o Ponto 3 que estamos a discutir, nós CDU, colocamos 3 questões e nenhuma foi respondida, houve foi uma preocupação em fomentar e dar um bocadinho de gasolina aos pontos aqui provocados de parte a parte, agora às nossas questões sobre o ponto respostas é que não houve, por isso *faz o que eu digo, não faças o que eu faço.* -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** afirmou: “Senhora Deputada, em função dessa sua interpelação, eu quero dizer que lamento profundamente que, decididamente nesta Assembleia, apesar da distribuição da Ata aos representantes do grupo e representantes de partido único, na quinta-feira passada, e a todos os Senhores Deputados, sem exceção, na segunda-feira passada, percebi claramente que ninguém leu a ata e isso eu tenho que lamentar, e obviamente que serão tomadas medidas mais tarde, a ata é pública está no vosso email e verão que não foi a Mesa que incumpriu o que foi combinado na reunião de líderes. “ -----

--- Depois passou à votação do Ponto 3 - **Opções do Plano - 2018, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09, tendo sido aprovado por maioria com vinte e três votos a favor sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP e dezasseis votos contra, sendo treze votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT).** Não havendo mais nenhuma questão, deu então por concluídos os trabalhos. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir

